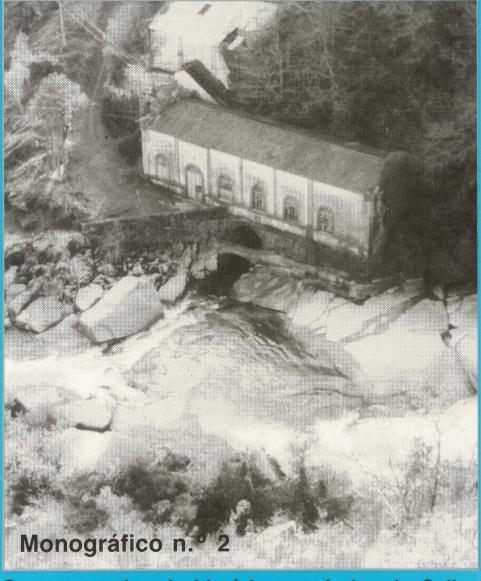
REVISTA DA ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA



Quatro estudos de história económica de Galiza

DIRECCOM:

Presidência da AGAL

CONSELHO DE REDACCOM:

Ricardo Carvalho Calero
José Ramom Chantada Acosta
Pedro Fernández-Velho
António P. Gil Hernández
José António L. Taboada
Jenaro Marinhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo
Jurio Torres Santomé

NOTA DA RECÇOM

- AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
- 2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.
- 3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.
- 4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitacom desta norma.
- 5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

PORTADA: Segade (rio Umia): a mais antiga das centrais da Sociedade General Gallega de Electricidad

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a. Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo Isaac Alonso Estravis Mário Alonso Nozeda Maria Luísa Andrade Maria das Dores Arribe Dopico Carlos Campoi Denis Conles Júlio Garcia Santiago Alberto Garcia Vessada Luís Goncález Blasco Marcial Gondar Portasany Ernesto Guerra da Cal Maria do Carmo Henríquez Salido Aracéli Herrero Cláudio Lôpez Garrido Aurora Marco Higino Martínez Estêvez Ramom Nogueira Calvo Pilar Palharês Garcia Maria Sabela Pereira Barros José Posada Domingos Prieto Maria das Dores Rei Teixeiro Ramom Reimunde Norenha Felisindo Rodríguez Antom Santamarinha Xavier Secane Joám Trilho Pêrez Amália Vilhar Calvo Xavier Vilhar Trilho

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho Gladstone Chaves de Melo Sílvio Elia Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonca

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista José A. Fernandes Camelo Mário Gomes dos Santos Óscar Lopes Albano Martins José Nogueira Gil José Luís Pires Laranjeira Manuel Rodrigues Lapa

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

AGÁLIA

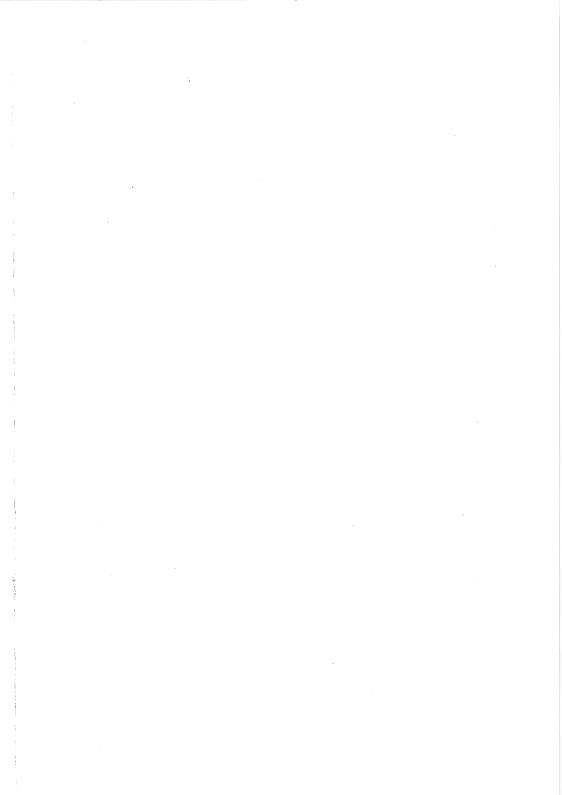
Revista da Associaçom Galega da Língua

Monográfico n.º 2

Quatro estudos de história económica de Galiza

SUMÁRIO

3 3 M / () 1	PÁG.
ESTUDOS	
Aproximaçom ao sector pesqueiro galego no primeiro terço do século XX, por Jesus Giráldez	7
As origens do sector eléctrico na Galiza, 1888-1936, por Joám Carmona Badia e Jesus Pena Espinha	33
A minaria do volfrámio em Galiza (1887-1960). Umha primeira aproxima- çom, por José Alberto Rodríguez Pérez	49
O sistema financeiro galego da segunda metade do século XIX, por Maria Jesus Facal	71
DOCUMENTAÇOM	
Notícia sobre a Fábrica Real de Cigarros da Palhoça, por Alexandre de Clercq	93



SAUDAÇOM

Se para o seu primeiro monográfico AGÁLIA escolheu um tema de plena actualidade, como era naquel momento o do sector lácteo, nesta ocasiom volta a vista atrás e tenta oferecer umha olhada a alguns dos aspectos menos conhecidos da história contemporánea da Galiza. Os quatro estudos que aqui apresentamos tenhem em comum o feito de serem avanços sobre temas que, polas dificuldades que a sua investigaçom oferecia, ficaram até agora inexplorados. Tenhem também em comum o feito de se referirem os quatro à aspectos fundamentais da história económica do país, tratados com rigor e seriedade analítica.

O primeiro dos estudos que aqui apresentamos, o do professor Giráldez, representa a primeira análise sistemática das mudanças que permitírom às pescarias galegas se situarem à cabeça das peninsulares nos anos de começo do século XX. Um processo tam citado como até agora pouco conhecido e que configura umha página principal na nossa história contemporánea.

O segundo dos trabalhos marca igualmente um fito. Até agora a bibliografia da história bancária galega cingia-se a algumhas publicaçons comemorativas, alguns artigos propagandísticos ou algumhas intuiçons mais ou menos afortunadas. Maria Jesus Facal abre com a sua contribuiçom a este número um caminho, o da análise exaustiva dos dados contáveis e a sua inclusom no marco das complexas relaçons entre os diversos grupos sociais que oferecem ou procuram serviços bancários.

A terceira entrega deste monográfico é um estudo sobre as origens dum sector de especial releváncia na economia galega. Um sector como é o eléctrico que pudo ter —mas nom tivo— um papel fundamental como agente no desenvolvimento económico deste país. J. Carmona e J. Pena indicam nas páginas que sobre este tema aqui incluem algumhas claves sobre a evoluçom do sector nos seus primeiros momentos de vida que resultam de grande interesse para explicar a sua história posterior.

Finalmente, o artigo dum economista moço, José Alberto Rodríguez sobre um sector de que se sabem muitas cousas por tradiçom oral, por lendas e por romances, mas mui pouco por investigaçom sobre fontes escritas. José Alberto Rodríguez oferece aqui os primeiros resultados da sua investigaçom sobre a história da minaria galega do volfrámio, que som já desde agora umha página importante da historiografia económica da Galiza.

AGÁLIA confia em que os textos que aqui se apresentam constituam um material de consulta difícil de evadir por qualquer interessado na história económica da Galiza contemporánea e que em tal sentido este monográfico, que coordenou o prof. Carmona Badía, seja mais umha contributo à utilizaçom do nosso idioma como veículo de comunicaçom científica.

Aproximaçom ao sector pesqueiro galego no primeiro terço do século XX (*)

Jesus GIRÁLDEZ

A importáncia que tivo e tem o sector pesqueiro na economia galega nom mereceu especial atençom por parte da historiografia (1). As páginas que seguem som um intento de focar a evoluçom do sector no primeiro terço do século XX, momento em que a pressom da demanda e as conseguintes transformaçons que isto origina dá lugar a um abandono das estruturas tradicionais para se integrarem num modelo de funcionamento mais próximo ao capitalista. Dada a amplitude do tema e a limitaçom do espaço disponível, centraremos a análise nas mudanças que se produzírom nas técnicas pesqueiras, fase que praticamente se fecha por volta de 1914, e o posterior desenvolvimento do sector através das diversas cojunturas.

1. AS TRANSFORMAÇONS DE BASE: 1880-1914

No último quarto do século XIX abre-se para o sector pesqueiro galego um período de crecimento e profundas transformaçons. A partir de 1880, o desenvolvimento da indústria conserveira e da comercializaçom de peixe fresco no interior de Espanha tivérom efeitos directos sobre as técnicas pesqueiras, que se devêrom fazer mais intensivas para adaptar-se às novas exigências da demanda.

Nom obstante, a evoluçom destas técnicas foi diferente segundo o tipo de actividade a que estavam destinadas. Quanto à pesca de sardinha, base das

^(*) A investigaçom da que procede este trabalho forma parte do proxecto «O aproveitamento dos recursos marinhos da Galiza, 1750-1940», subsidiado pola DGICYT e pola Conselharia de Pesca da Xunta de Galiza.

⁽¹⁾ Merecem salientar-se os trabalhos de Alonso L. Industrialización y conflictos sociales en la Galicia del Antiguo Régimen (1750-1830), Madrid, 1976. Carmona Badia, X. Producción textil rural y actividades marítimo-pesqueras en Galicia (1750-1905), tese dout. pro. ms. Santiago, 1983, assi como os diversos trabalhos de Meijide Pardo ou Paz Andrade.

conservas, conseguiu aumentar a sua produçom optimizando as energias tradicionais e só tardiamente aplicou o vapor; na pesca em fresco, orientada à exportaçom cara o interior peninsular, introduziu-se mui cedo a força mecánica. Em definitiva, trata-se de técnicas distintas e de respostas diferentes; por isto cremos resultará mais claro analisar cada caso por separado, mas sem esquecermos que ambas as duas formam parte de um mesmo processo global de transformacom do sector.

A) A pesca de sardinha: novas artes, novas embarcaçons.

Ainda que a indústria conserveira está presente na Galiza desde 1841, nom será até à década de oitenta, momento em que desaparecem umha série de travas que freavam o seu desenvolvimento, quando esta seja quem de constituir um sector propriamente dito. As seis fábricas que existiam na Galiza duplicarám o seu número tam só em cinco anos, chegando às oitenta e duas em 1905; paralelamente, creceu a produçom, e boa mostra disso é que das 380 toneladas de conservas exportadas polos portos galegos nos anos 1881-1885, se passa a 2.281 no período 1891-1895 (2).

Num primeiro momento e dado o reduzido número de fábricas, a simples estensom dos métodos de pesca tradicionais permitiu um normal abastecimento de sardinha, mas, quando se inicia o despego do sector conserveiro e à sua crecente demanda se soma ademais a da pesca em fresco, nom ficou mais saída que a renovaçom das técnicas. Tal renovaçom realizou-se principalmente, aumentando o tamanho da arte e modificando a sua forma de emprego, assi como prolongando o período de captura com umha maior permanência nos caladeiros. De aí a apariçom de grandes lanchas, primeiro de vela e despois de vapor, utulizadas para o transporte do peixe às factorias.

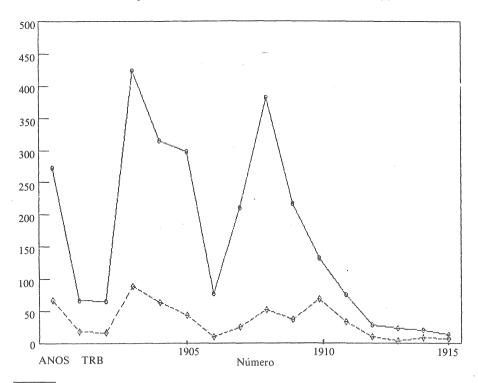
Porém, o esforço realizado para aumentar a produçom de sardinha em base às técnicas tradicionais logo se revelou insuficiente. Desde fins dos anos oitenta, a escassez e carestia da matéria prima, cujo baixo preço fora até agora um factor clave para a competividade das conservas galegas, ameaçava com paralisar tanto a indústria conserveira como a produçom de pescado fino. Era necessário introduzir artes mais produtivas que permitissem superar o estrangulamento derivado do desequilíbrio entre a oferta e a demanda. E, em definitiva, foi esta pressom a que obrigou à introduçom, na última década do século XIX, de umha nova arte —o cerco de xareta— e umha nova embarcaçom —a traineira.

Como se vê, a penetraçom das traineiras está ligada à do cerco de xareta que, autorizado por R.O. de 15 de Maio de 1883 na costa cantábrica, nom se poderá utilizar nas rias galegas até quinze anos mais tarde (R.O. de Julho

⁽²⁾ Carmona, X. «La industria conservera gallega 1840-1905», en Papeles de Economía Española. Economía de las Comunidades Autónomas, n.º 3.

de 1898). Nom obstante, haverá que aguardar a Setembro-Outubro de 1899 para que a entrada de traineiras se realize de forma masiva (3). Precisamente, o início para esta datas (Novembro de 1899) da série disponível para a Terceira Lista do Registo de Buques da Comandáncia de Vigo, permite seguir o processo passo a passo. Através de dita série pode comprovar-se como esta inovaçom tecnológica se introduz na ria de Vigo de forma extraordinariamente rápida: tam só em dous meses (Novembro-Dezembro) aparecem inscritas cinquenta e três traineiras face a seis únicas embarcaçons de outros tipos; ao ano seguinte (1900), o número de traineiras matriculadas ascende já a sessenta e sete (72 por 100 da matrícula total e 52 por 100 da tonelagem).

GRÁFICO 1
EVOLUCOM DAS TRAINEIRAS INSCRITAS EM VIGO (4)



⁽³⁾ Estas novas unidades pesqueiras denominadas traínhas aparecem na ria de Viveiro em 1896 procedentes do litoral cantábrico e difundem-se rapidamente pola costa galega. Foi a sua penetraçom ao ano seguinte na ría de Vigo a que fijo estalar o conflito com os defensores das antigas artes «jeiteiros» e «bolicheiros», temerosos de que umha maior produçom de sardinha desse lugar a umha queda nos preços que fijesse perigar os seus ingressos. A oposiçom despertada conseguirá deter momentaneamente a difusom das trainhas ao lograr que se proiba o seu uso a menos de três milhas da costa. Nom obstante, desde 1899 esta será mui rápida; segundo o *Faro de Vigo*, 5-XII-1899, em Dezembro desse ano havería já cem matriculadas em Vigo e 35 em A Corunha.

Ora bem, o conflito suscitado pola introduçom do cerco de xareta deu lugar à R.O. de Julho de 1900 que dispom, por umha parte, a criaçom de umha comissom que recabe a informaçom precisa a fim de regulamentar definitivamente a pesca com as novas artes e, por outra, suspender temporalmente a sua matrícula em todo o litoral compreendido entre o rio Minho e Fisterra. Como é lógico, este decreto influiu mui negativamente na inscriçom de novas traineiras: dezoito somente em 1901 e dezasseis ao ano seguinte. Haverá que aguardar, portanto, a que se normalize o seu uso dentro das rias para que a matrícula se recupere: em 1903 suponhem já um 73 por 100 das inscriçons e um 53 por 100 do T.R.B. Cumpre esclarecer, porém, que, apesar de ser Vigo a ria onde se matriculam maior número de traineiras, estas já penetraram anos antes noutros portos —Viveiro, Ortigueira, Sada, A Corunha, Camarinhas e Ponteceso— nom afectadas como aquel polos citados decretos, alcançando a sua plena difusom nos primeiros anos do século (5).

A rápida difusom da traínha responde, sem dúvida, às consideráveis vantagens que oferecia a respeito das artes tradicionais. O capital necessário para iniciar a explotaçom nom era excessivamente elevado —1.000 pesetas a embarcaçom e 3.000 os cercos de xareta—, assegurava umha maior produçom por ter umha capacidade de captura muito superior aos xeitos, e isto fazia possível umha reduçom do preço da sardinha. Ademais, acabando com a rigidez estacional à que estava submetida a pesca de sardinha, normalizava os desembarcos e permitia umha utilizaçom mais regular das instalaçons conserveiras. Por último, nom estragava tanto a sardinha como os xeitos, o que redundava numha superior qualidade das conservas. Todas estas razons, como já assinalou Xoán Carmona, cobrarám grande importáncia nos anos finais do século, «porque a perda do mercado reservado que eran as últimas colonias americanas, obligará aos fabricantes a prestar umha maior atención ás variabeis precio e calidade do producto a elas remitido» (6).

À indústria conserveira correspondeu-lhe, pois, um papel de primeira ordem nesta transformaçom das técnicas, tanto porque a sua demanda forçou a introduçom do cerco de xareta, como porque fôrom os mesmos fabricantes quem decidírom o processo, quer adquirindo pola sua conta artes e embarcaçons. quer facilitando a sua compra a marinheiros individuais ou a sociedades de marinheiros criadas para tal fim (7).

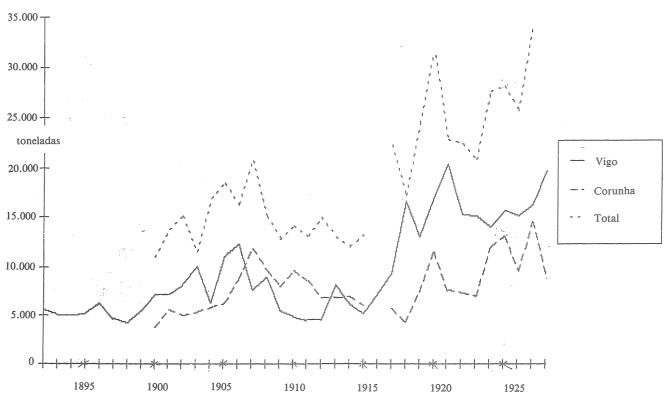
Porém, nom eram os conserveiros os únicos preocupados por evitarem a crise de abastecimento, outros grupos empresariais estavam também interessados, e directamente implicados, na difusom destas novas artes. Entre eles estariam, por exemplo, os armadores de vapores dedicados ao pescado fino,

⁽⁴⁾ Gráfico elaborado apartir dos dados obtidos no Registo de Buques da Comandáncia de Marinha de Vigo.

⁽⁵⁾ Ver «La pesca de la sardina en Galicia», Revista de Pesca Marítima, 28-2-1901.

⁽⁶⁾ Carmona, X. Producción textil rural...

⁽⁷⁾ Ibidem, ibidem.



Elaborado apartir das Memórias anuais de M.Z.O.V. e Norte.

que necessitavam a sardinha para cebar os palangres e que «antes de establecerse las traineras se pasaban semanas enteras en que no podían salir a la pesca por falta de sardina» (8); também os exportadores de pescado podiam incrementar e regularizar os envios de sardinha para o seu consumo no interior peninsular, capítulo nada desprezível do volume total da pesca comercializada em fresco (9). Neste sentido, a presença em Vigo de um importante subsector ligado à comercializaçom de pescado poderia explicar tanto o alcanço e rapidez na difusom destas novas unidades, como o que noutras áreas do litoral galego —em concreto a ria de Arousa, onde a indústria conserveira alcançará a fins do século XIX um desenvolvimento mui importante— a mudança fosse mais tardia.

OUADRO I

EXPORTAÇONS DE CONSERVAS DE PESCADO POLO CONJUNTO DOS PORTOS GALEGOS (10) (Médias quinquenais em Tm.)

1881-1885	
1891-1896	
1896-1900	

A introduçom do cerco de xareta tivo conseqüências imediatas sobre a produçom pesqueira, permitindo a consolidaçom da indústria conserveira, que inicia agora umha fase de forte crecimento, assí como da exportaçom de pescado fresco (ver gráfico 2).

Contodo, a transformaçom nos métodos de captura de sardinha nom tinha concluído. O tirom da demanda provocou um aumento constante dos preços ao longo de toda a década inicial do século (ver gráfico 3) pressionando de novo sobre a intensidade pesqueira. A resposta que se deu às novas exigências do mercado adoptou duas formas diferentes: enquanto nas rias altas se introduzem as tarrafas —grandes redes de cerco de xareta, cujo tamanho (mais de um quilómetro) e peso (de oito a nove toneladas molhada) obrigárom aginha ao emprego do vapor—, nas rias baixas incremetou-se o número e capacida-

^{(8) «}La Traíña», Revista de Pesca Marítima, 30-9-1900.

⁽⁹⁾ Segundo os dados remitidos alguns meses de 1892, 1893 e 1894 por *El Comisionista*, revista do mercado de pescados de Madrid a *Revista de Pesca Marítima*, a sardinha suporia entre o 30 e o 50 por 100 de total da pesca comercializada na capital.

⁽¹⁰⁾ Carmona, X. «La industria conservera...», pág. 185.

de de pesca das trainhas, aumentando o arqueio das embarcaçons, o número de tripulantes e, logicamente, o tamanho da arte (11)

QUADRO II
CERCOS DE XARETA EXISTENTES NA GALIZA (12)

	1901 Trainhas	1905 Trainhas	1908 Trainhas	Tarrafas
Ferrol	17	80	50	32
Corunha	124	100	32	34
Vila-Garcia			235	
Ponte-Vedra			73	
Vigo	134	494	167	
Total	275	674	507	84

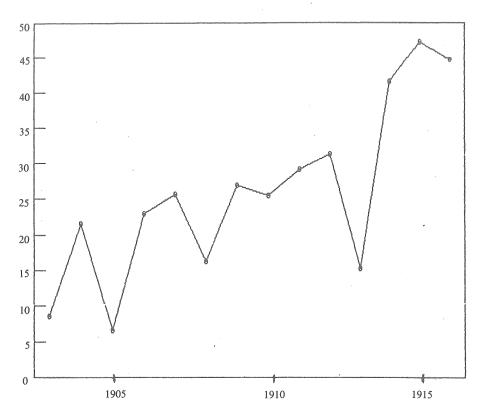
Por volta de 1908-1910, o ciclo das traineiras fecha-se definitivamente, tal como se pode ver na descida brusca do T.R.B. inscrito anualmente na Comandáncia de Vigo (ver gráfico 1). Vários factores explicam esta queda. O constante aumento na potência das traineiras nom podia continuar sem que a longo prazo se comprometese a sua eficiência: como aponta Rodríguez Santamaría: «dichas embarcaciones creo que han llegado al maximun de tonelaje que puede admitirse para el ejercicio al que se hallan dedicadas, porque carecen de condiciones marineras y resultan muy pesadas para el remo». Por outro lado, a acusada escassez de sardinha nas rias desde 1910 forçou também a substituiçom destas unidades polas «motoras», lanchas de vapor que utilizavam o cerco de xareta. A aplicaçom do vapor à pesca de sardinha permitia faenar fora das rias, reduzir o período de busca e, dado que o cerco podia fechar-se com maior rapidez, aumentar a potência da arte.

⁽¹¹⁾ Ver Rubió, M. «El arte de cerco, su origen y evolución», «Publicaciones técnicas de la Junta de Estudios de Pesca, n.º 11. Em Vigo, a média das traineiras inscritas anualmente passou de 5 T.R.B. em 1900-1905 a 7 em 1906-1911, mentres o número de tripulantes aumentou de 10-14 em 1900 a 20-25 em 1910, e logicamente o tamanho da arte, como constata Rodríguez Santamaría: «cuando se introdujeron en Galicia los cercos de jareta tenían tan solo unos 60 metros de largo y hoy en sólo diez años se han duplicado». Ver Rodríguez Santamaría, B. Diccionario ilustrado, descriptivo, valorado, numérico y estadístico de los artes e instrumentos que se usan para la pesca marítima en el Norte y Noroeste de España, Madrid, 1911.

⁽¹²⁾ Dados elaborados a partir dos Anuários de Pesca correspondentes. O seu número refere-se aos que faenam, nom aos existentes cujo número deve ser algo superior.

⁽¹³⁾ Gráfico baseado nas cotizaçons oficiais da Lonja do Berbés, publicadas diariamente polo Faro de Vigo. Embora fagam referência só aos preços dos meses de Julho, podem servir como um indicador aproximado da tendência.

GRÁFICO 3 PRECOS DA SARDINHA EM VIGO (13)



É lícito pensar que os altos preços alcançados pola sardinha nos primeiros anos do século, que continuárom aumentando a medida que aquela escasseava, estimulárom a adopçom destas novas embarcaçons que, ademais, ofereciam possibilidades de fácil amortizaçom. Dito de outra forma, o tipo de vapores utilizados, de 10 a 30 T.R.B., 10 milhas de velocidade e um custo sobre as 25.000 pesetas, permitiam um uso polivalente, pois o mesmo faenam com artes de cerco do que com palangres ou armam em parelha para o arrasto: em definitiva maiores possibilidades de amortizaçom por diversificaçom das pescas (14).

⁽¹⁴⁾ Segundo Adam, P. «Annexe technique» em V.V. A.A., Histoire des pêches maritimes en France, Tolouse, 1987, este carácter polivalente das embarcaçons viria decidido, em boa medida, polo seu tamanho. Em geral som as pequenas unidades as que som polivalentes mentres que as maiores estám especializadas.

QUADRO III

NÚMERO DE CESTAS DE SARDINHA E PARROCHA
DESEMBARCADAS NO PORTO DE VIGO (15)

Ano	Cestas	Ano	Cestas
1906	149.459	1911	85.724
1907	156.497	1912	84.006
1908	235.446	1913	199.117
1909	128.745	1914	127.369
1910	93.149	1915	161.620

QUADRO IV VAPORES SARDINHEIROS (16)

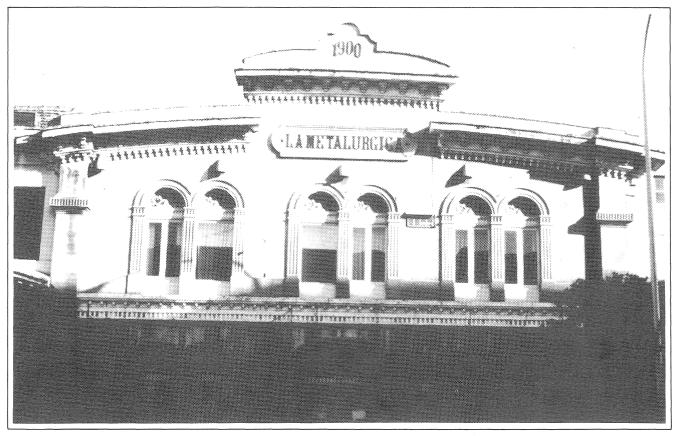
	1908	1910	1912	1914
Ferrol	18	29	22	29
Corunha	18	32	32	28
Vila-Garcia		Olivelandene	18	5
Ponte-Vedra			4	19
Vigo		4	8	118
Total	36	65	84	199

Devido às suas vantagens, estas «motoras» difundírom-se rapidamente. Em 1908 ainda nom há censada nengumha embarcaçom deste tipo, mas em 1914 som como mínimo 118 as que faenan nas rias de Vigo e Ponte-Vedra, superando claramente as traineiras. Ainda que seria arriscado afirmarmos que a aplicaçom do vapor permitiu superar a crise de sardinha, dado o carácter migratório da espécie a as suas freqüentes flutuaçons, o certo é que o aumento das capturas coincidiu com este incremento do número de vapores sardinheiros.

B) A pesca em fresco: a temporá introduçom do vapor.

O uso do vapor no sector pesqueiro galego, aparece num primeiro momento ligado à indústria conserveira unicamente em tarefas de transporte e nom de captura; trata-se de lanchas de vapor que desde 1880 vam substituin-

⁽¹⁵⁾ De Buen, F. «Biología y pesca de la sardina. Lugares y épocas de puesta», Boletín de Pesca, n.º 146, 1928.



La Metalúrgica: umha das empresas nascidas durante os anos do crescimento inicial do sector pesqueiro e conserveiro dedicada à fabricaçom e estampaçom de envases. Hoje em perigo de derruba polo Concelho de Vigo.

do aos antigos galeons enviados polos conserveiros a comprar sardinha em tempos de escassez. Foi nos últimos anos desta década de oitenta, momento em que aparece umha produçom destinada ao seu consumo em fresco, quando o vapor se introduz já como meio de tracçom nos barcos destinados a esta actividade.

A construçom das linhas galegas de caminho-de-ferro (em 1883 da linha Corunha-Monforte-Madrid e dous anos mais tarde da de Vigo-Ourense-Monforte), com as possibilidades que este oferecia para o transporte rápido do peixe cara o interior peninsular, conlevou a apariçom de umha importante demanda de pescado fresco, até entom limitada praticamente à franja litoral. A ampliaçom do mercado repercutiu mui cedo no esforço pesqueiro que, como acontecera com a pesca de sardinha, deveu adaptar-se à nova situaçom. A resposta consistiu em substituir os antigos faluchos movidos à vela por pequenos barcos de vapor, sem que isto signifique polo momento umha mudança nas artes ou aparelhos, já que se seguem a utilizar os tradicionais palangres. Nom obstante, a aplicaçom do vapor actuou decisivamente sobre a capacidade de pesca das embarcaçons pois, ao independizá-las de ventos, marés ou correntes, permitiu prolongar o período de captura, ampliar o número de dias de pesca ao ano e extender o rádio de acçons a zonas cada vez mais produtivas.

Tomando como base os dados que fornece a Terceira Lista do Registo de buques da Comandáncia de Marinha de Vigo, pode-se estabelecer um patrom do vapor utilizado nos anos noventa: de casco de madeira, construído em Vigo, tinha um arqueio bruto sobre as 20 toneladas, com umha máquina de alta e baixa pressom, de procedência inglesa, de 48 cavalos de vapor indicados (C.V.I.) e com umha tripulaçom sobre os onze homes.

A respeito da difusom destes vapores, dos oito que existiam na ria de Vigo em 1888, passa-se a 34 em 1849 e a 67 em 1900. A sua implantaçom nom respondeu exclusivamente às vantagens técnicas que reportava, mas fundamentalmente a urgência de aproveitar os altos benefícios que oferecia nesse momento um mercado em expansom. À altura de 1894, um vapor proporcionava ao seu proprietário, despois de deduzidos os custos variáveis, seguro e amortizaçom, um benefício neto anual de 10.000 pesetas, ou, o que é igual, mais do 30 por 100 do capital investido. Ainda em 1900, e como assinala o cónsul francês em Vigo, «el armamento de vapores palangreros es aún una operación muy remuneradora» (17).

Esta aplicaçom do vapor permitiu manter umha importante e cada vez maior exportaçom por caminho-de-ferro até os anos finais do século XIX, momento em que a situaçom muda de signo; os problemas levantados pola

⁽¹⁷⁾ Ducloux, X. «La pesca a vapor en la ría de Vigo», Revista de Pesca Marítima, 28-2-1894 y «La pesca en España. Estado actual de esta industria en las provincias marítimas de Vigo y Villagarcía», Boletín de Pesca, n.º 31, 1919.

escassez e elevado preço da sardinha, imprescindível para a pesca com palangre, provocárom umha brusca queda da produçom. Como tinha acontecido na indústria conserveira, a introduçom da traineira e cercos de xareta também jogou aqui um papel trascendental; segurando um constante subministro de carnada barata, possibilitárom um trabalho mais regular dos vapores e, conseguintemente, acelerárom o desenvolvimento da pesca para o consumo directo, tanto em volume de produçom como em termos de frota.

Umha vez superada a crise, desde começos de século nom deixa de aumentar o número de vapores, e o mesmo acontece com a sua potência pesqueira: concretamente em 1904, os matriculados na Comandáncia de Marinha de Vigo tenhem umha média de arqueio bruto de 31 toneladas e 75 C.V.I. A explicaçom poderá estar em que o produtor individual, enfrentado, por um lado, a uns rendimentos decrecentes —acentuados desde que os arrasteiros franceses, ingleses e alemans faenam nas costas galegas— e, por outro, a uns preços que caem a medida que aumentam os desembarcos, vê-se obrigado a maximizar as capturas; em definitiva, a aumentar o poder de pesca da sua embarcaçom, quer por inovaçons técnicas, quer descobrindo novos caladeiros de maior rendimento que lhe permitam certa vantagem no mercado (18).

Todo este conjunto de factores actuárom decisivamente para a partir de 1903-1904 se introduzir na Galiza a pesca ao arrasto com bou, aproveitando ademais as possibilidades que oferecia nestes momentos para a comercializaçom do pescado a rebaixa das tarifas ferroviárias. A introduçom do arrasto de altura supuxo umha transformaçom radical nas técnicas de pesca, correspondendo-lhe ao vapor um papel capital. Agora nom só actua sobre o deslocamento do barco, mas, e isto é fundamental, sobre a arte mesma, cuja eficiência desde agora vai depender em boa medida da força de tracçom da máquina. O vapor tem-se integrado plenamente já nas unidades pesqueiras.

Dentro do arrasto com bou, haverá que diferenciar o bou propriamente dito, quando a arte é arrastada por um vapor só, das chamadas parelhas, quandos se utilizam dous vapores. A causa de estabelecer tal distinçom nom radica só em questons técnicas, já que, como se verá, o processo de introduçom variou substancialmente de um caso a outro.

No que se atinge ao bou, os vapores utilizados som de grandes dimensons, entre 100 e 200 T.R.B. e umha potência que oscila de 200 a 450 C.V.I. Os primeiros bous que aparecem na Galiza, fam-no em A Corunha; em 1905 matricula-se o primeiro, com 127 T.R.B. e 28 C.V.I., e em 1907 a frota

⁽¹⁸⁾ A pressom exercida polos arrasteiros estrangeiros competindo nuns mesmos caladeiros com os palangres galegos é clara. Segundo o *Faro de Vigo*, 30-2-1904, «de Norte a Sur pasaban y repasaban los vapores ingleses, franceses y alemanes, llenando sus cámaras frigoríficas con el pescado que extraían en estas aguas, mientras que ellos —los vapores gallegos— regresaban a puerto con caladas reducidas efectuadas con el palangre, y cada vez menores debido a la intensa extracción que los primeros realizaban». A respeito dos comportamentos dos mercados de pescado fresco e a evoluçom das capturas a respeito do esforço pesqueiro, ver Adam, P. «Histoire des pêches: point de vue d'un economiste», em VV.AA. *Histoire des pêches maritimes en France*, Toulouse, 1987.

compom-se de vinte unidades, ascendendo em conjunto a 3.349 T.R.B. e 6.383 C.V.I. A nom ser três bous de origem francesa, todos os demais procedem de Inglaterra, onde as pescarias ao arrasto do Mar do Norte sofrem desde 1903 umha crise que favorece a venda massiva de buques ao estrangeiro (19). Destarte, inicia-se na Galiza a pesca de altura (entendendo por tal aquela em que se permanece durante vários dias fora das águas jurisdicionais, situadas entom nas seis milhas), tecnicamente possível tanto polo tamanho dos barcos como por irem estes dotados de depósitos com gelo para a preservaçom das capturas.

Pola sua parte, as parelhas estariam formadas por dous vapores de 30 a 60 T.R.B. e umha potência por volta dos 80 C.V.I. A sua introduçom nas rias de Vigo e Ponte-Vedra deveu-se à possibilidade de transformar as antigas embarcaçons, palangreiros ou volanteiros, com um investimento mínimo, obtendo-se uns rendimentos muito semelhantes aos do bou. Tal transformaçom nom era possível na Corunha, con un escasso desenvolvimento da pesca a vapor. As vantagens e rendimento das parelhas explicam tanto a sua rápida difusom como o que aginha se tornem nas unidades mais características da frota espanhola.

QUADRO V
VAPORES QUE FAENAN NA GALIZA (20)
(bous, parelhas e palangreiros a vapor)

	1908	1910	1912	1914
Ferrol	18	29	22	29
Corunha	41	51	53	48
Vila-Garcia				
Ponte-Vedra	18	16	14	12
Vigo	86	77	47	55
Total	149	148	122	123

A rápida substituiçom dos palangres por arrastos —bous ou parelhas—explica-se pola sua maior capacidade de pesca. Em 1908, a meia de capturas dos palangreiros foi na Galiza vinte vezes inferior à dos bous e parelhas: por outra parte, estes altos rendimentos permitiam umha rápida amortizaçom: em 1910, Rodríguez Santamaría calcula o benefício neto destas unidades entre

⁽¹⁹⁾ Ditos barcos aparecem registados na Quinta Lista do Registo de Buques da Comandáncia de Marinha, como correspondia entom aos barcos de procedência estrangeira. Ver Bottemane, C. J. *Economía de la pesca*, Méjico, 1972, págs. 71 e ss.

⁽²⁰⁾ Fonte: Anuarios de Pesca.

as 30.000 e as 45.000 pesetas anuais, podendo-se amortizar o investimento em cinco ou seis anos (21).

Apesar das suas induvitáveis vantagens, a introduçom dos arrastos de altura nom se pode entender sem emarcá-la dentro do conjunto de transformaçons que experimentou o sector pesqueiro nos primeiros anos do século; mais em concreto, como já assinalou Xoán Carmona, «gracias ao ambiente favorabel creado a introducción das novas artes e métodos de tracción por toda a campaña desenvolvida nos anos anteriores polos partidarios das traiñas, que rematara coa rápida xeneralización daquela» (22). Por outra banda, acrescenta o mesmo autor, estariam as facilidades de crédito outorgadas polos banqueiros locais que, nalgum caso, como Ricardo Rodríguez Pastor, chegárom a adquirir barcos e artes.

Polo que nós pudemos comprovar o protagonismo desta transformaçom no caso concreto de A Corunha, porto onde primeiro se introduziu a pesca ao arrasto com bous de procedência estrangeira, que exigiam um maior investimento, correspondeu-lhe ao capital procedente do comércio. Numha primeira aproximaçom ao tema, por força provisório, utilizando os dados que aporta a Quinta Lista da Comandáncia de A Corunha e o Registo de Sociedades, pode-se conhecer a profissom dor armadores: de trinta e oito proprietários onze figuram no Registo com a denominaçom de «comerciantes», distribuindo-se o resto entre actividades diversas (23). Contodo, também é verdade que boa parte destes armadores estariam já ligados de algumha forma aos negócios marítimos como consignatários, navieiros, agentes marítimos, salvamento de barcos, etc.; tal seria o caso dos Molina, Márquez, Pastor ou Tejero, todos eles membros, em definitiva, desta burguesia que se foi formando ao longo do século XIX à calor dos portos.

A introduçom dos arrastos movidos a vapor tornou possível acrescentar de forma notável a produçom pesqueira e a exportaçom de pescado fresco por caminho-de-ferro por volta do um 40 por 100 (ver gráfico 2). A queda neste tráfico a partir de 1908 nom se pode atribuir, em absoluto, a um descenso na produçom que seguiu crescendo (6.000 toneladas desembarcadas polos arrastos em 1908, 11.918 em 1910 e 15.806 em 1912), mas as dificuldades na comercializaçon, devidas, e isto é o mais razoável, à concorrência nos mercados de consumo finais de produtos pesqueiros procedentes de outras zonas do litoral espanhol. Nom pode ser alheio a isto o que desde 1908 as unidades mais potentes da frota galega, os bous de origem inglesa tenham passado quase na sua totalidade a maos de armadores vascos, asturianos ou santanderinos.

⁽²¹⁾ Rodríguez Santamaría, B. «Pesca de altura por arrastres en el Norte y Noroeste de España» em *Anuario de pesca y estadístico de la marina mercante y de la pesca*, Madrid, 1911.

 ⁽²²⁾ Carmona, X., Producción textil rural y...
 (23) O resto dos armadores figuram no Registo de Sociedades como exportadores de pescado, proprietários, profissons liberais, etc.

Mesmo deve baralhar-se a possibilidade de que barcos galegos tenham estabelecido as suas bases nos portos do norte e ali estejam desembarcando as suas capturas, quer porque umha maior proximidade aos caladeiros e centro de consumo lhes permite reduzir custos de transporte, quer porque existem vantagens na comercializaçom.

Com a apariçom da pesca ao arrasto e a aplicaçom do vapor à captura de sardinha fecha-se umha dilatada fase durante a qual se transformou profundamente a frota pesqueira galega. Tal transformaçom produziu-se através de umha modificaçom das técnicas de pesca, muito mais intensivas desde agora. Aparece um novo tipo de barcos mais potentes, que bem tratam de optimizar as energias tradicionais, como no caso das traineiras, ou bem incorporam o vapor. Ainda que estas embarcaçons, traineiras e vapores, dominam totalmente na ria de Vigo entre 1900 e 1909, a partir desta data serám os vapores os que condicionem a tonelagem registada, dado que se aprecia também em A Corunha a partir de 1906. A incorporaçom do arrasto na pesca de fundo influirom decisivamente nesta evoluçom. Em definitiva, o conjunto das mudanças operadas supujo a transformaçom mais importante das experimentadas pola pesca galega no primeiro terço do século XX, conformando umha estrutura de frota que se mantivo praticamente inalterável nas suas bases até despois da Guerra Civil.

2. 1914-1924: ENTRE A EXPANSOM E A CRISE

O início da Primeira Guerra Mundial trastornou profundamente o sector pesqueiro, provocando umha brusca queda no T.R.B. matriculado anualmente nas Listas de Pesca tanto em Vigo como em A Corunha. Esta primeira fase de desconcerto prolongará-se até 1916. As razons desta situaçom som bem conhecidas e coincidem em linhas gerais com o que está a acontencer noutros sectores a conseqüência da Grande Guerra: suba vertiginosa dos preços do carvom, dificuldades na importaçom de maquinária, encarecimento dos petrechos, redes e cordelaria, etc. Em definitiva, alça dos «imputs» com o conseguinte encarecimento dos custos de produçom, tanto na construçom naval como no sector pesqueiro e indústria conserveira.

No que se refere à maquinaria, e como pode ver-se no quadro, cesam quase por completo as importaçons inglesas, que antes da guerra supunham um 62 por 100 do total. Num primeiro momento tentou-se substituir estas importaçons por máquinas usadas, mas a partir de 1917 o relançamento da indústria nacional neste sector logrará cobrir o vazio deixado pola fabricaçom inglesa. Concretamente em Vigo, será por estes anos que se consolide definitivamente o ramo das construçons mecánicas: «Lorenzo y Cía.», «Ta-

lleres Mecánicos Alonarti» ou «La Electrometalúrgica Gallega» som algumhas das empresas que unidas às já existentes intentarám absorver a demanda do sector naval

QUADRO VI
PROCEDÊNCIA DAS MÁQUINAS INSTALADAS
(em percentagem) (24)

Ano	Inglesa	Nacional	Usada
1913	60	32	8
1914	62	30	7,5
1915	42,8	28,5	28,5
1916	14,7	58,8	26,4
1917	9,5	71,4	19
1918	4,8	95,1	<u>.</u>
1919	2,6	97,3	
1920	48,4	45,3	6,18

Ainda que se pudérom superar as dificuldades na importaçom de maquinária, a construçom naval tropeçou com outros problemas, em concreto a falta de madeira do país para a fabricaçom de barcos pesqueiros. As razons som claras: a escassez e carestia do carvom determinou o emprego alternativo de madeira, com o conseguinte aumento do preço, que chegou a um 75 por 100 para a madeira de pinheiro e a um 30 por 100 na de carvalho (25).

O carvom foi, sem dúvida, o principal problema da frota pesqueira galega nestes anos. No caso concreto de Vigo, os preços de 1914, 40 a 45 pesetas tonelada de carvom inglês e 36 a 40 o asturiano, sobem a começos de 1917 a 120 e 110 respectivamente, alcançando-se ao longo deste ano as 220 e 250 pesetas por tonelada (26). Como resposta às graves conseqüências desta espiral de preços, que ameaçava com paralisar a frota, criou-se o *Comité de Industrias Pesqueras de Galicia*, germem da futura patronal do sector, que conseguiu obter vapores com turno de preferência e suministro das minas. Pudo-se assi dispor de combustível mais barato (150/170 pesetas tonelada em 1918) e paliar em certa forma a profunda crise do sector (27).

(25) Bernárdez, A. «Informes regionales», Revista Nacional de Economía, n.º 11.

(27) «Memoria publicada por el Comité de Industrias Pesqueras de Galicia», Boletín de Pesca, n.º 33-34, 1919.

⁽²⁴⁾ Quadro elaborado a partir da Terceira Lista da Comandáncia de Marinha de Vigo.

⁽²⁶⁾ Bernárdez, A. op. cit. e Informes de los inspectores de trabajo sobre la influencia de la guerra europea en las industrias españolas (1917-1918), vol. 2, Madrid, 1919. Ver assi mesmo Coll Martín, S. e Sudriá Triay, C. El carbón en España 1770-1961, una historia económica, Madrid, 1987, págs. 408 e ss.

Também os negócios marítimo-pesqueiros, concretamente a compra-venda de barcos, em que a Galiza ocupava um posto importante, vírom-se afectados pola Grande Guerra. Neste campo, o Registo de Buques (só quarenta vendas entre 1914 e 1918) nom resulta fiável, pois que nom se contabilizam os pequenos vapores. Polo contrário, as actas da «Sociedad de Seguros Marítimos de Vigo» reflectem umha realidade muito diferente: só entre 1915 e 1917 se produziriam mais de 90 baixas por venda (28). A partir de 1918, a venda de buques paralisa-se (só 11 vapores em 1919), coincidindo com umha fase de clara recuperaçom do sector pesqueiro. Apesar de nom dispormos de dados fiáveis, podemos apontar que o destino preferente destes buques é o litoral peninsular, incluído Portugal, e, em menor medida, a França, Marrocos, etc. (29).

Por último, os efeitos da guerra, a que se somou o estancamento da produçom na indústria conserveira, por dificuldades no abastecimento de estanho e folha-de-flandres, reflectírom-se logicamente na frota pesqueira, que nestes anos experimentou um retrocesso considerável: em 1917, só faenam nas costas galegas 250 vapores, dos quais um 80 por 100 se concentraria nas rias baixas (30).

A partir de 1917, a situaçom muda radicalmente de signo, iniciando-se umha clara recuperaçom do sector. A expansom, que abrange até 1921, atinge o seu ponto álgido em 1920, ano em que se logra a máxima tonelagem inscrita anualmente na lista de pesca do Registo de Buques de Vigo durante o primeiro terço do século XX. O número de barcos registados experimenta umha taxa de crecimento médio anual da ordem do 14 por 100; e nom só aumenta o T.R.B., senom que as embarcaçons que superam as 50 toneladas de arqueio cobram maior importáncia, com um crecimento anual do 64 por 100: de um 22 por 100 do T.R.B. total em 1917 passa-se a um 59 por 100 em 1920 e a um 76 por 100 em 1921. A importáncia desta transformaçom é evidente; como assinala Paz Andrade, «la eficiencia industrial aumenta más que en relación al número de unidades, en proporción al número de las dotadas de gran capacidad que entran en la composición de la flota» (31).

Ao mesmo tempo estám-se a produzir importantes transformaçons nas máquinas. Se antes de 1914 praticamente todas as instaladas, a nom ser as dos bous de origem inglesa, eram de tipo «Compound», a partir desse ano a «triple expansión» conhecerá um forte crecimento. As notáveis vantagens que esta classe de máquina oferece a respeito da anterior, entre as que sobressai a sua economia de combustível (aproximadamente a metade), factor fundamental num momento como este de forte alça dos preços do carvom, in-

(29) Cao, J. Catálogo de Vigo (Vigo a través de un siglo), Vigo, 1922. (30) Ver cita 25.

⁽²⁸⁾ Cifras obtidas dos Livros de Actas da Sociedade de Seguros Mútuos Marítimos de Vigo.

⁽³¹⁾ Paz Andrade, V. Producción y fluctuaciones de las pesquerías (esquema de la explotación española de recursos marinos), Madrid, 1954, pág. 61.

fluírom decisivamente na sua expansom (32). No período 1918-1921 representam já um 53 por 100 das instaladas, supondo quase o 66 por 100 dos C.V.I. registados. Conseqüência directa desta mudança é o aumento na potência mecánica dos buques, que despois de umha fase de queda entre 1914-1917 chega a alcancar os 101 C.V.I. em 1920.

A produçom pesqueira galega cresceu logicamente ao compasso destas mudanças, chegando inclusive a duplicar a de 1914. Destarte, Galiza afirma-se como a principal regiom produtora de pescado, tanto daquelas espécies destinadas à conserva como à sua exportaçom em fresco. Precisamente, é agora quando os envios de pescado fresco ao interior peninsular alcançam umha magnitude desconhecida. Boa mostra disto é que entre os anos 1916-1920 a média anual de pesca remitida por M.Z.O.V. aumenta num 121 por 100 a respeito do período anterior, e isto apesar de que desde 1918 se deve afrontar umha considerável suba das tarifas ferroviárias (ver quadro 7). Esta expansom da produçom foi possível graças à conjunçom de dous factores: por umha banda, a abertura de novas áreas de pesca (como os fundos de Marrocos), mais produtivas e acesíveis desde agora mercê à transformaçom da frota; por outra, ao aumento paralelo do consumo de pescado no interior peninsular (ver o número de estabelecimentos dedicados à venda ao por maior de pescado em Madrid que passam de 20 em 1917 a 55 em 1922) (33).

QUADRO VII
PRODUCOM PESOUEIRA ESPANHOLA EM 1920 (34)

	Toneladas
Atlántico NW	118.913
Atlántico S	57.324
Cantábrico	54.625
Resto litoral	30.276

A partir de 1920, a expansom do sector pesqueiro apresenta já os primeiros sintomas de esgotamento. O aumento das capturas que tivera lugar desde os últimos anos do conflito bélico verá-se freado por certas rigidezes na demanda. Adverte a *Federación Nacional de Industrias Pesqueras y Derivadas* «que se llegó a un exceso en la producción que no encuentra ya la debida colocación en los mercados de consumo», pondo-se a necesidade de melhorar o transporte de pescado para possibilitar assi umha ampliaçom do mer-

(34) VV.AA. La Pesca Marítima en España en 1920, 2 vols., Madrid, 1923.

⁽³²⁾ Ver ao respeito Agacino, M. Manual del maquinista de la Marina Mercante, Cádiz, 1901

⁽³³⁾ Ver Nielfa, G. Los sectores mercantiles en Madrid en el primer tercio del siglo XX, Madrid, 1975, págs. 268 y ss.

cado (35). Eis claramente apresentado, o primeiro sintoma da crise. Com efeito, apesar de que em 1921 as exportaçons de pescado fresco por M.Z.O.V. aumentam num 200 por 100, o T.R.B. inscrito na ría de Vigo desce num 25 por 100. A partir desse ano é patente a crise do sector, caindo de forma acusada todos os indicadores; o T.R.B. registado desce num 59 por 100 em Vigo e, para o conjunto das Rias Baixas, a produçom de pescado reduze-se num 25 por 100. Nos anos seguintes, a situaçom empiora e, de facto, entre 1921 e 1924, em que a crise toca fundo, a produçom pesqueira de Vigo e A Corunha diminui em quase um 30 por 100.

QUADRO VIII
INDICADORES DO DESCENSO DA PRODUÇOM PESQUEIRA
EM NÚMEROS ÍNDICES (36)

Ano	Pescado remitido por M.Z.O.V.	Produçom pesqueira de A Corunha
1921	100	100
1922	74,8	82
1923	74	69,7
1924	68,4	85
1925	76,6	77,4
1926	73,6	77,6
1927	79,3	78,4
1928	96,4	104,6

Em 1925 aprecia-se umha tímida recuperaçom do sector. Contodo, só a partir de 1928 se pode falar claramente de crecimento. Apesar de que o T.R.B. matriculado e as cifras de exportaçom por caminho-de-ferro seguem estancadas, estám-se produzindo importantes mudanças na frota. Em primeiro lugar, o número de barcos que superam as 50 T.R.B. aumenta a razom de um 21 por 100 anual, e som cada vez mais freqüentes os maiores de 100 toneladas de arqueio, equipados com máquinas de 100 C.V.I. ou mais de potência, o que permitiu intensificar a pesca em águas de Marrocos ou o Golfo de Biscaia. Em segundo lugar, e por exigências da indústria conserveira, cuja produçom se achava ameaçada polas más costeiras de sardinha dos anos 1924-26, cada vez som mais numerosas as lanchas a motor, que conseguem deslocar aos vapores de pequena tonelagem: de só seis inscritas em Vigo entre 1920-23, passa-se a quarenta e sete em 1924-26, ao tempo que se transformam muitas

⁽³⁵⁾ Boletín de Pesca, n.º 48-52, 1920.

⁽³⁶⁾ Dados elaborados a partir das Memórias da J.O.P de A Corunha e as Memórias de M.Z.O.V.

das unidades existentes; bem sejam novas, bem sejam transformadas o feito é que à altura de 1930 as embarcaçons deste tipo se aproximam já ás novecentas (37).

3 OS DIFÍCEIS ANOS TRINTA

Em base a estas transformaçons a produçom recupera-se claramente no período 1928-1936, tal como pode ver-se no seguinte quadro:

QUADRO IX

EVOLUÇOM DA PRODUÇOM PESQUEIRA EM VIGO (38)

(em médias trienais) (38)

Anos	Toneladas	Crecimento em %	Valor (Pts./Tm)
1925-1927	26.242		876
1928-1930	31.443	19	806
1931-1933	43.256	37,5	490
1934-1936	54.648	26,4	466

EVOLUÇOM DA PRODUÇOM PESQUEIRA EM A CORUNHA (en médias trienais)

Anos	Toneladas	Crecimento em %	Valor (Pts./Tm)
1925-1927	11.742		1.353
1928-1930	17.373	47,9	770
1931-1933	20.872	20,1	583
1934-1936	19.092	-8,8	500

Apesar de que esta recuperaçom se baseou inicialmente na conquista dos bancos situados por cima do paralelo 48 e a intensificaçom pesqueira em águas africanas, as excelentes costeiras de sardinha a partir de 1931 jogárom um papel fundamental. Em Vigo, as capturas aumentárom em 1931-33 um 100 por 100 a respeito a 1928-1930; esta tendência continuou nos anos seguintes, até o ponto que a produçom de sardinha chegou a representar mais da metade da produçom total.

⁽³⁷⁾ Anuario Estadístico de España de 1930. Madrid. 1931.

⁽³⁸⁾ Dados elaborados a partir das Memórias da J.O.P. de A Corunha e os dados estatísticos da Lonja do Berbés publicados por *Industrias Pesqueras*. As cifras correspondentes a 1925 e 1926 som aportadas por Arzúa, J. El puerto de Vigo, Vigo, 1981.

Ora bem, ainda que a recuperacom da producom bem poderia ver-se como un sintoma claro do desenvolvimento do sector pesqueiro, o certo é que nestes anos se produziu umha descida no preco do pescado, o que configurou um horizonte de crise até a Guerra Civil. O constante aumento das capturas desde finais dos anos vinte provocou umha brusca queda dos precos: um 46 por 100 em Vigo e um 52 em A Coruña para o período 1927-1935. A queda no preco da sardinha (quase um 70 por 100) beneficiou à indústria conserveira que, pudendo reduzir os precos, conseguiu penetrar com major forca no mercado interior, num momento em que o estabelecimento de contingentes em numerosos países, a causa da Grande Depresom, comprometia a sua orientacom exportadora (39). Quanto aos pescados finos o excesso de oferta, a causa da abertura de novas áreas de pesca altamente produtivas —Mar Céltico, SW de Irlanda, Senegal, Mauritánia, etc.—, e a rigidez na demanda jogárom um papel decisivo; ainda que, a média anual de capturas aumentou em Vigo perto de um 50 por 100 a partir de 1930, a exportacom em fresco, por caminho-de-ferro e camiom, desceu notavelmente até 1932.

QUADRO X

EXPORTAÇONS DE PESCADO FRESCO DESDE VIGO
(por camiom e caminho-de-ferro) (40)

Ano	Toneladas
1925	3.650
1926	4.845
1927	5.975
1928	
1929	
1930	10.315
1931	12.906
1932	13.482
1933	14.061
1934	16.253
1935	20.154

À queda dos preços de pescado fino somou-se o aumento global dos custos de produçom, fundamentalmente polo problema do carvom, o que provocou umha inevitável reduçom dos benefícios empresariais. A obriga de con-

⁽³⁹⁾ Carmona Badía. X, «Crisis y transformación de la base industrial gallega», pro. ms.

⁽⁴⁰⁾ Cifras dadas por Paz Andrade, V. em Los puertos nacionales de pesca en España, Vigo, 1928 e Industrias Pesqueras.

sumir, apartir de 1927 um 20% de carvom espanhol, de pior qualidade e mais caro que o inglês (um 31% no 1927), foi neste aspecto decisiva (41). A imposicom desta quota ao sector pesqueiro coincidiu ademais com a depreciacom da peseta, o que encareceu bruscamente o carvom inglês, precisamente num momento em que a expansom pesqueira a caladeiros afastados exigía um combustível de grande potência calorífica, que assegurasse longas temporadas no mar sem ocupar demasiado espaço no buque. Se em 1927 se podia adquirir em Vigo o carvom inglês a 50 pesetas a tonelada, quatro anos mais tarde o preco médio do carvom consumido pola frota subiu iá a 78.36 pesetas (42). Em 1931 a Asociación General de Industrias Pesqueras y Derivadas calcularia, por este conceito, um encarecimento dos custos de producom entre um 15 e um 20 por 100 (43). A partir desta data, e ante a possibilidade de adquirir carvom inglês a preços mais baratos —por queda da libra— obriga-se ao sector pesqueiro a consumir um 15 por 100 de miúdos. Este tipo de carvom, ainda que muito mais barato, resulta pouco apto para as embarcacons pesqueiras, que precisam um combustível que levante pronto pressom; polo seu pequeno tamanho, costuma obturar as grelhas onde se queima, dando lugar a umha combustom lenta e incompleta. Em definitiva, comprometia a eficiência das unidades pesqueiras, limitando a sua potência e o seu rádio de accom.

Ainda que os preços de combustível ocupárom um lugar decisivo no incremento dos custos de produçom, também aumentárom substancialmente os custos laborais. A política da República —aumento de salário, seguros sociais, regulaçom de jornada, etc.— influiu, ao igual que a suba dos implementos pesqueiros —cables, malhetas, redes, etc.—, sobre os benefícios empresariais. Segundo cálculos da Asociación Patronal de Constructores Navales de la ría de Vigo, as despesas de explotaçom teriam aumentado, a altura de 1935, por volta a um 40 por 100 (44). Nom esqueçamos, por último, que o envelhecimento da frota, que obrigava a frequentes e custosas reparaçons, veu a agravar ainda mais a situaçom.

Para combater este descenso nos rendimentos pesqueiros, que provocaram já o encerramento de numerosas empresas em todo o litoral —Pescaderías Coruñesas, Mamelena, Pesquera Española, Pesquera Malagueña, etc., os armadores com barcos no Grande Sol intentarám paliar as dificuldades do mercado interior abrindo-se caminho no estrangeiro, fundamentalmente Inglaterra. Destarte, ao tempo que evitavam o prolongado transporte aos portos do norte peninsular, beneficiavam-se da cotizaçom da libra. Nom obstante, a partir de 1932, muda a situaçom, primeiro com a imposiçom de aranceis e despois com o estabelecimento de quotas de importaçom.

(41) Industrias Pesqueras, n.º 2, 1927.

⁽⁴²⁾ O prezço do carvom está calculado segundo as quantidades e o preço do subministrado pola «Asociación General de Industrias Pesqueras y Derivadas». Ver ao respeito a sua Memória do ano 1931 e Coll y Sudriá, op. cit.

⁽⁴³⁾ Ver Memória indicada na anterior cita.

^{(44) «}La ayuda del Estado a la construcción naval» em Mar (Navegación, puertos e industrias del mar), n.º 12, 1935.

Esta situaçom de crise influiu mui negativamente sobre a frota. A possível renovaçom do sector paralisou-se justo num momento em que o afastamento e produtividade dos caladeiros precisavam unidades mais eficientes, com um maior rádio de acçom, velocidade e capacidade de carga. Pode-se observar o estancamento através do Registo de Buques de Vigo: a partir de 1932 produze-se umha queda brusca do T.R.B., ao tempo que o aumento da frota de vapores nom se viu acompanhado por um aumento paralelo do tamanho médio das embarcaçons, que mesmo diminui.

QUADRO XI

T.R. DE VAPOR REGISTADO EM VIGO (45)

1929	1.430
1930	3.335
1931	4.295
1932	1.414
1933	585
1934	1.164
1935	1.502
1936	1.735

FROTA GALEGA DE VAPORES (46)

Anos	Número	T.R.B.	T.R.B. Médio
1930	525	28.714	54,69
1932	836	33.775	40,40
1934	732	36.386	49,70

A consequência final é que à altura de 1935 a frota pesqueira galega ao igual que a espanhola, é umha frota envelhecida que nom responde às necessidades do momento. Segundo a Lista Oficial de Buques, perto de um 60 por 100 dos pesqueiros espanhóis de mais de 35 toneladas superam os dez anos de vida, tempo a partir do qual a sua eficiência diminui notalvemente e a sua explotaçom resulta anti-económica (47). À altura de 1935 era evidente a necessidade de substituir os velhos barcos de madeira e máquina de vapor por barcos maiores de aço, motor diésel e modernos sistemas frigoríficos.

(47) Ver cita 44.

⁽⁴⁵⁾ Quadro elaborado a partir da Terceira Lista da Comandáncia de Marinha de Vigo.

⁽⁴⁶⁾ Quadros elaborados a partir das Estadísticas de pesca, correspondentes a 1933 e 1934.

Contodo, a situaçom do sector pesqueiro tornava impossível a renovaçom da frota, daí que em 1935 se consiga umha mudança nos tipos de primas impostas às indústrias auxiliares, profundamente afectadas pola crise do sector. Mas esta medida chegava demasiado tarde. Ao nom se-produzirem as transformaçons necessárias, a frota pesqueira seguiu ancorada nos patrons tradicionais até 1939.

4. BALANCO GERAL.

Como se tem podido comprovar, o sector pesqueiro galego experimentou desde finais do século XIX um forte desenvolvimento que se baseou tanto no seu crecimento como, e principalmente, na sua transformaçom. As estatísticas pesqueiras mostram como a populaçom activa do sector se triplicou entre 1892 e 1932, ao igual que o número de embarcaçons. Ora bem, este claro crecimento estivo acompanhado, por um lado, de umha profunda renovaçom nas técnicas, cada vez mais intensivas, e, por outro, de umha extensom das áreas de pesca na busca de maiores rendimentos. Comprovando o número e tonelagem de barcos movidos por procedimentos mecánicos, pode-se ver a grosso modo a transformaçom operada. Nom só porque o seu número se multiplicou por 55, também porque no caso dos vapores a tonelagem média quase se quadruplicou, com o conseguinte aumento da sua eficiência, toda vez que a potência mecánica creceu paralelamente permitindo alcançar bancos de pesca cada vez mais lonjanos. Conseqüência directa destas mudanças foi o aumento das capturas que no mesmo período se multiplicárom por quatro.

QUADRO XII
INDICADORES DO CRECIMENTO DO SECTOR ENTRE 1892 E 1932 (48)

	1892		1932	
	Galiza	Espanha	Galiza	Espanha
Capturas (Tm)	15.425	82.814 14.726 98.416 67.197	127.517 14.531 104.135 78.366	222.369 40.659 613.114 161.067

⁽⁴⁸⁾ Quadro elaborado a partir da Estatística de Pesca Marítima correspondente ao ano 1892 publicada na Revista de Pesca Marítima, 28-2-1894 e a já citada Estadística de Pesca de 1933. A respeito da gente empregada no ano 1932 contabilizárom-se também os empregados em terra —arranjo de redes, xávegas, vendas, etc.— por considerar que também se incluem na estatística do ano 1892. Tendo em conta só aos embarcados a cifra para Galiza diminuiria a 68.042 e para Espanha a 161.067.

QUADRO XIII
EMBARCAÇONS MOVIDAS POR PROCEDIMENTOS MECÁNICOS (49)

	1894		1932	
	Galiza	Resto de Espanha	Galiza	Resto de España
Número de vapores T.R.B		6 229	836 33.775	936 52.449
Motoras	<u> </u>	_ _	819 5.631	5.179 41.228
Total número		6 229	1.655 39.406	6.115 93.677

Fruto desta evoluçom é a releváncia que a pesca galega adquire no conjunto do sector na Espanha. Nom tanto polo que a total de número de artes, embarcaçons ou gente empregada se refere, cuja importáncia relativa apenas si variou, mas polo peso que alcançárom aqui os arrastos de altura e artes de cerco movidos com os novos métodos de tracçom. A começos dos anos trinta na Galiza achavam-se concentrados o 25 por 100 das artes de cerco, o 28 dos arrastos de altura e também o faziam quase um 50 por 100 da frota de vapores que participavam com um T.R.B. próximo ao 40 por 100 do total espanhol.

O dinamismo do sector pesqueiro galego ficará patente num ritmo de crecimento das capturas muito superior ao do resto do litoral peninsular. Assi, entre 1892 e 1932, as toneladas de pescado desembarcadas na Galiza aumentárom com umha taxa de crecimento de um 3,5 por 100 anual no entanto as do resto do estado figérom-no por volta a um 1,5 só.

⁽⁴⁹⁾ Os dados referentes às embarcaçons em 1894 estám tomados da Estatística reproduzida pola Revista de Navegación y Comercio subtitulado Boletín de la Companía Trasatlántica, 15-10-1894. Embora nela só constem os vapores inferiores a 50 T.R.B., é pouco provável que nessas datas existissem em Espanha vapores pesqueiros de tonelagem superior ou, em caso contrário, estes seriam mui poucos. Os dados referentes a 1932 estám tomados da Estadística de Pesca de 1933.

As origens do sector eléctrico na Galiza, 1888-1936

Joám CARMONA BADIA Jesus PENA ESPINHA

A importáncia do sector eléctrico galego no ámbito peninsular é relativamente recente, em nengum caso anterior à década de 1950 (1). Contodo cremos que tem certo interesse a descriçom e a análise dos começos do sector alô polos anos que vam de 1890 aos da Guerra Civil, nom só porque como parte da história económica da Galiza contemporánea, ajude a explicar a evoluçom do nosso país, senom também porque desde um ponto de vista mais geral devem explicar-se os motivos do retraso dum sector que dispunha de boas condiçons naturais para se desenvolver e que se nom o fijo até mui serodiamente foi por outro tipo de questons.

Na realidade o que se tem escrito sobre a história do sector eléctrico galego é mui pouco e de carácter ademais conmemorativo ou anedóctico (2). Mesmo as revistas técnicas da época, que fornecem abundante informaçom sobre o desenvolvimento da electricidade comercial em Catalunha, Madrid, País Basco ou Castela durante o primeiro terço do século, som quase mudas a respeito de Galiza; La Energía Eléctrica, a mais importante delas, dedica nos seus 35 anos de existência um só artigo ao desenvolvimento do sector eléctrico galego. O estudo do sector vê-se também eivado porque umha das fontes habituais para o estudo das empresas, as suas memórias anuais, é no caso das galegas, mui pobre em informaçom sobre as variáveis relevantes, como número de abonados, motores, capacidade instalada, e já nom digamos produçom vendida, dado este último que nom aparece nas memórias de nengumha empresa galega até 1924. Como tampouco os dados sobre exploraçom se conservam em quase nengum dos arquivos que conhecemos, a

(2) «El desarrollo eléctrico en España y en Galicia», en FENOSA, 1943-1968, Barcelona, 1968.

⁽¹⁾ J. Carmona, «Crisis y transformación de la base industrial gallega, 1850-1936» en J. Nadal (ed.), *Pautas regionales de la industrialización española*, Barcelona, 1989.

análise deste aspecto resulta muito mais difícil que a relativa aos aspectos financeiros para os que si existe documentaçom de arquivo e ademais as memórias som mais explícitas. No presente artigo (3) tentamos realizar, co mínimo aparelho documental, umha primeira achega ao estudo das origens do sector eléctrico na Galiza, utilizando fundamentalmente como fontes as publicaçons da época, as estatísticas oficiais e as memórias das empresas; em especial a estas últimas nos remetemos nos casos em que, com ánimo de dar ligeireza ao texto, se omitem as referências.

O DESENVOLVIMENTO DAS PRIMEIRAS EMPRESAS ELÉCTRICAS

O principal activo com que a Galiza parecia contar a finais do século XIX para o desenvolvimento da indústria eléctrica eram os seus recursos hidráulicos, quer dizer, uns rios de caudal relativamente regular e estiage reduzida que semelhava podiam permitir umha produçom barata em termos relativos. O escasso desenvolvimento industrial apresentava-se polo contrário como um importante problema, já que supunha umha previsivelmente baixa demanda para força e tracçom, que ia implicar um baixo coeficiente de utilizaçom para as empresas, o que em definitiva quer dizer umha baixa produtividade (4).

É dentro deste marco geral em que comecam a aparecer já a fins da década de 1880 as primeiras companhias eléctricas, tentando aceder ao que aparentava ia ser —polo menos ao princípio e em ausência de demandas industriais ou de traccom— umha das principais demandas, a do alumiado público das principais vilas galegas. Cremos que nos primeiros momentos do sector cumpre distinguir dous períodos diferenciados; um que poderíamos qualificar de «experimental», que decorreria entre 1888 em que se inaugura a central de vapor de Ponte-Vedra e o ano 1900, ano em que se constituem a Sociedade General Gallega de Electricidad e a Electra Industrial Coruñesa; outro. a partir desse momento, que é quando começa na realidade o desenvolvimento da explotaçom comercial da electricidade em Galiza. Na primeira etapa, as empresas estabelecem-se com umha limitadíssima capacidade —em nengum caso com mais de 200 CV—, basicamente com o objecto de fornecer alumiado público e atravessam umha quantidade de vicissitudes por mor do seu baixo rendimento que produz umha forte mortandade e contínuos relevos empresariais. De feito, nengumha das empresas que tomarám importáncia em Galiza durante o primeiro terco do século XX vai ser de fundaçom anterior ao ano 1900, e as que subsistem delas, como a Eléctrica de Orense ou a Electra de Ponte-Vedra a Marím, fam-no conservando mui pouco das empresas iniciais.

(3) Este artigo recolhe, com algumhas alteraçons, a comunicaçom apresentada polos autores ao XI Simposio de Análisis Económico, celebrado em Barcelona no ano 1986.

⁽⁴⁾ O coeficiente de utilizaçom, que se expressa coa fórmula CU = P/8760*C, sendo P a produçom efectiva eléctrica realizada durante o ano e C a capacidade instalada, indica o aproveitamento real da capacidade dumha central a respeito do máximo teórico que se produziria em caso que se vendesse o total da carga durante as 8.760 horas do ano.

A existência de empresas de gás, que em nom poucos lugares de Europa supuio um estorvo para o desenvolvimento da electricidade comercial ao terem nas cidades o monopólio do alumiado público, e mesmo em alguns casos do privado (5), foi em Galiza também um problema. A existência de empresas de gás em Corunha, Vigo, Santiago e Ferrol foi um atranco, ainda que só relativo, porque os contratos que tinham tais empresas (desde 1854 na Corunha, desde 1872 em Santiago, desde 1883 em Vigo) afectavam só ao alumiado público nom estabelecendo nengum tipo de monopólio para outros tipos de subministro. Mesmo nos contratos para a realizacom de aquel, incluiam-se cláusulas polas que o Concelho poderia exigir «si se inventase un nuevo sistema de alumbrado preferible al de gas» a adopcom deste último (6). As empresas de gás negárom-se sistematicamente a realizar esta substituicom, mas paralelamente e perante as perspectivas do negócio estabelecêrom elas mesmas pequenas centrais de vapor ou gás que lhes permitiam vender forca e alumiado eléctrico. Esta foi a política da sociedade lionesa que tinha a concessom de alumiado por gás em Corunha e Vigo, que a partir de 1890 e 1896 respectivamente passa a vender acarom do gás do serviço público e privado, electricidade para alumiado e força aos particulares. Em Santiago, a antiga empresa do gás vende as suas instalacons a umha nova empresa que vai simultanear igualmente ambas as actividades. Mesmo na Corunha, onde o alumiado público por electricidade nom se estabelece até data tam tardia como 1913, por ser mais fortes as posicons da companhia de gás, esta nom constitui um obstáculo sério à aparicom de outras duas empresas subministradoras, a Cooperativa Eléctrica Coruñesa e a Electra Industrial Coruñesa. que conseguem estabelecer as suas redes na cidade a partir de 1901. Em todo caso, é a resistência das empresas de gás a que explica o feito paradoxal de que o alumiado público por electricidade se estabelecera antes em vilas relativamente pequenas como Ponte-Vedra (1888), Lugo (1894) ou Monforte (1896) que numha cidade como A Corunha, assim como que algumhas das sociedades que no longo prazo se mostrarám como mais fortes comecassem a funcionar subministrando alumiado a vilas relativamente pequenas como Caldas ou Vila-Garcia (SGGE) ou bem vendendo exclusivamente forca motriz sem intentar vender luz (EIC).

A constituiçom no ano 1900 em Madrid da SGGE e em Bilbau da EIC marcam na Galiza o começo da etapa propriamente industrial da electricidade. É a partir desse momento que começa a proliferaçom de empresas eléctricas de carácter local, o crescimento da capacidade instalada e do capital investido no sector e, mais a modo, das áreas que recebem subministro eléctrico. De um ponto de vista empresarial as sociedades passam a ter umha maior continuidade e será sobre o eixo dalgumhas delas que andando o pri-

(6) Os contratos nos respectivos arquivos municipais.

⁽⁵⁾ Vid. Por exemplo, H. Morsel, «Panorama de l'histoire de l'électricité en France dans la première moitie du XXe siécle«, en F. Cardot (ed.), 1880-1980. Un siécle d'électricité dans le monde, Paris, 1987.

meiro terço do século começará o processo de concentraçom que culminará com a formaçom do grupo eléctrico SGGE-FCGE, antecedente imediato do que será a partir dos anos da pós-guerra o grupo FENOSA. Nas linhas que seguem indicaremos alguns dos traços mais gerais do sector durante o período 1900-1936 e adiantaremos algumhas consideraçons sobre tal processo de concentraçom, tal como se configura a partir da Primeira Grande Guerra.

AS CARACTERÍSTICAS INICIAIS DO SECTOR

A dimensom das empresas eléctricas operantes na Galiza durante os primeiros vinte anos do século é pequena mesmo a respeito do conjunto espanhol. As duas empresas ponteiras no que atinge a capital desembolsado, a Sociedad General Gallega de Electricidad e a Electra Popular de Vigo y Redondela tenhem no ano 1917 um capital em acçons de 2 milhons de pesetas cada umha, a décima parte do correspondente à Hidroeléctrica Ibérica ou Hidroeléctrica Española (7). Se ao que atendemos é à potência em explotacom. a primeira das sociedades citadas tem em tal ano 2.175 CV e a Electra Industrial Coruñesa 2,400, nom chegando nengumha empresa galega nem ao 10% da correspondente a companhias como a Socidedad General de Fuerza Hidroeléctrica ou a citada Hidroeléctrica Española (8). De todos os jeitos três sociedades destacam aginha por riba do resto por cobrirem um rádio maior que o exclusivamente local e por conseguirem captar demandas industriais. privilégio este último que fica restringido às sociedades que operam nas áreas ribeirás e nomeadamente nas de Ponte-Vedra-Vigo e Corunha-Ferrol, Tratase da SGGE, da EIC, e da EPVR. A CEC é na realidade desde 1905 só distrihuidora

Deste jeito configuram-se dous tipos de empresas eléctricas. Um primeiro, o das empresas que funcionam nas comarcas citadas, que ademáis de fornecerem de energia para o alumiado fam-no também para força industrial, e nalguns casos para tracçom. Os principais consumidores de fluido industrial som sem dúvida os estaleiros, de cuja importancia dá umha ideia o feito de significarem entre 1911 e 1925 cifras de entre o 30 e o 50% dos ingressos da secçom de Ferrol da SGGE. A seguir, as indústrias de transformaçom do peixe, que compartem o palmarês com as primeiras na facturaçom da EPVR e som primeiras sem discussom nos ingressos de La Hulla Blanca, empresa que suministra electricidade na península do Morraço.

Os principais consumidores de fluido para tracçom som desde logo já a começos da Primeira Grande Guerra os tranvias. Nos anos 1913 e 1914 inauguram-se os urbanos de Corunha e Vigo respeitivamente e pouco despois da Guerra, no ano 1920 o de Porrinho a Vigo, totalizando pois os tranvias abertos ao tránsito este último ano a cifra de 45 km. Ainda que no conjunto

⁽⁷⁾ E. Gallego Ramos, La hulla blanca en España en 1917, Madrid, 1917.

⁽⁸⁾ id. id.

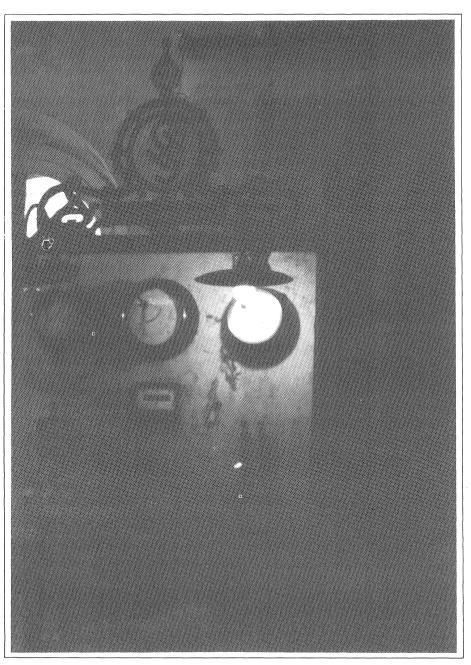
da demanda eléctrica os tranvias nom representem senom um renglom mui secundário, para as companhias que os suministram, EIC e EPVR som um ingresso nom desprezível. Para a segunda destas sociedades, que fornece energia à principal empresa de tranvias, a de Vigo, os ingressos por tracçom representam cifras que oscilam entre o 7 e o 10% dos seus ingressos totais nos anos 1916 a 1920 (9).

O outro tipo de empresa é o da que, possuidora dumha pequena central no interior de Galiza, fornece energia a umha ou duas vilas, mas que tem o seu desenvolvimento bloqueado pola inexistencia de demanda para forza ou traçom. Um exemplo deste tipo é o da Hidroeléctrica del Arnoya, cuja evoluçom comparada com a dumha empresa representativa das do primeiro tipo se reflecte no *Gráfico 1*. Um tipo de empresa que so tem sentido como produtora enquanto as redes de transporte doutras companhias maiores nom cheguem ali, pois a sua produtividade resulta mui baixa e os preços aos que vende nom podem competir com os das empresas maiores.

GRÁFICO L

INGRESSOS POR VENDA DE ELECTRICIDADE (números índices) 270 260 250 240 -230 220 210 -200 -190 -180 -170 -160 150 140 -130 120 -110 -100 -90 -1905 1910 1915 1920 Electrica Arnoya SGGF

⁽⁹⁾ EPVR, Memorias 1916-1920.



Um detalhe da sala de máquinas da central eléctrica da antiga empresa Cucurny y Cía. (Sargadelos)

Capítulo aparte é o das empresas autoprodutoras, quer dizer empresas que tenhem a sua producom afectada para um uso concreto de carácter industrial ou de traccom, sendo desprezível ou nula a parte que destinam à venda. Na Galiza da época que comentamos este era o caso de duas empresas electroquímicas, a Hidroeléctrica del Pindo y Laforet y Cía., de la Compañía de los Tranvías de Mondariz a Vigo, e de algumhas empresas que se autossuministram: têxteis como «La Primera Coruñesa» ou «Barcón y Cía.», umha de fabricacom de cuitelos («Labra v Cuevas»), a efímera «Azucarera de Padrón». e algumhas outras pequenas empresas industriais. Sem dúvida de nengum tipo a mais importante das empresas autoprodutoras foi durante todo o primeiro terco do século XX a Hidroeléctrica del Pindo, que ainda que formalmente distinta da Sociedad de Carburos Metálicos a cuia fábrica de Brens (Cee) subministrava, deve ser considerada como autoprodutora iá que destinava a esta a totalidade da sua producom. A Hidroeléctrica del Pindo nom é só a principal autoprodutora senom também a principal empresa produtora de electricidade na Galiza até finais dos anos 20 (10).

QUADRO 1

PRINCIPAIS EMPRESAS ELÉCTRICAS COM INSTALAÇONS
EM GALIZA NO ANO 1917

	Potência	Capital des	embolsado
	instalada (C.V.)	Acçons (Pesetas)	Obrigaçons (Pesetas)
Hidroeléctrica del Pindo	2.400	1.200.000	
Electra Industrial Coruñesa	2.400	1.700.000	450.000
Soc. General Gallega de Elect	2.175	2.000.000	1.315.000
Electra Popular de Vigo y Red	1.650	2.000.000	1.000.000
Tranvía de Mondariz a Vigo	1.643	5.000.000	
Eléctrica de Orense	1.600	1.500.000	1.250.000
Electra del Jallas	1.220	500.000	

Fonte: Gallego Ramos, art. cit. (11).

Outra característica dos primeiros momentos do sector, que é por outro lado umha característica clássica do sector eléctrico, e que se citamos aqui

⁽¹⁰⁾ Ainda que no Quadro aparece com a mesma capacidade instalada que a EIC, a Hidroeléctrica del Pindo tem sem dúvida umha maior produçom por mor do seu melhor coeficiente de utilizaçom. Nos anos posteriores vai superar claramente ademais à EIC em ambas variáveis.

⁽¹¹⁾ A potência instalada pola SGGE está corregida sobre as próprias cifras fornecidas por Gallego Ramos, sobre as que se desconta a da barragem do rio Porto do Cabo que el incomprensivelmente inclui como em explotacom em tal ano.

é só como mostra de que numha regiom escasamente industrializada também se produz, é a forte compenetracom entre banca e empresa eléctrica. Por umha parte no sentido de que os banqueiros privados participam em posicons destacadas na criacom e nos Conselhos de Administracom das empresas (veia-se Apêndice I). Por outra, no de que as sociedades, polo menos as principais. acodem e obtenhem facilmente crédito da banca em forma de SA —da qual por outra parte som gestores aqueles—. O Banco de España, a SA Crédito Gallego e o Banco de Vigo figuram amiúde como acredores nos balancos da SGGE ou da EPVR. A repeticom de nomes ligados a grupos bancários em diversas empresas, que aumenta ademais a medida que aumentam os investimentos nas primeiras e que se vam criando novas sociedades nos anos 1910 a 1920, é um dos factores que favorece o bom entendimento —outro a própria cativez— entre os oferentes do sector, bom entendimento que é outra das características que queríamos polo menos citar. Nom há praticamente competência, salvo a que existe nalgum breve período entre a Sociedad de Alumbrado y Calefacción de Coruña y Vigo com EPVR e Cooperativa Eléctrica Coruñesa. Mas na realidade, agás Corunha e Vigo num breve lapso de tempo, existe um perfeito reparto dos mercados.

O predomínio da produçom hidroeléctrica sobre da térmica é desde os primeiros anos do século umha característica que poderiamos dizer já originária do sector. Ainda que as primeiras centrais de finais dos anos 1880 e primeiros 90 fossem de vapor ou gás (Ponte-Vedra, Monforte, Corunha), já desde princípios do novo século se configura o domínio da geraçom hidráulica de electricidade. Da *Estadística de 1910* que recolhe informaçom, se nom de todas si das principais empresas eléctricas existentes na Galiza, tomamos o *Quadro 2*

QUADRO 2

NÚMERO DE CENTRAIS ELÉCTRICAS NO ANO 1910
CLASSIFICADO SEGUNDO A PROCEDÊNCIA DA ENERGIA

	Hidráu- lica	Vapor	Gás	Mixto	Total
Corunha	8	4	1	4	17
Lugo	6			2	8
Ourense	4			2	6
Ponte-Vedra	10	1	2		13
Total	28	5	3	8	44

Fonte: Ministerio de Fomento. Dirección General de Agricultura, Industria y Comercio, Estadística de la industria eléctrica en España a fin de 1910, Madrid, 1910.

onde se pode ver como as empresas unicamente a vapor som casos anedóticos (na sua maioria pequenas autoprodutoras). As mixtas, quer dizer aquelas que utilizam a força dumha barragem, mas que tenhem também umha central a vapor ou gás, bem habitualmente em uso ou bem como reserva, som empresas de mínima importáncia. O predomínio da força hidráulica é amplo mas nom tanto como em todo caso a *Estadística* indica porque nela nom se incluem algumhas das instalaçons auxiliares de vapor de empresas como EPVR ou SGGE. Em todo caso, o carácter fortemente hidráulico do conjunto do sector eléctrico galego fica de manifesto mais claramente para esta data se consideramos que dos perto de 13.000 CV que tenhem instalados no 1910 as sete principais empresas galegas e que incluem todas as máquinas geradoras, a vapor ou hidráulicas, estas últimas representam o 78% da capacidade total. Se consideramos que as máquinas de vapor que nom se contabilizam na *Estadística de 1910* pertencem precisamente a estas empresas, é precisamente nesta mostra onde o peso deste tipo de geradores deve resultar máximo.

Nom é até 1924 que temos ao nosso dispor algum tipo de cifras de produçom eléctrica, polo que antes de tal data as referências à distribuiçom da energia segundo origem som só indicativas, baseadas na distribuiçom da capacidade instalada. O Quadro 3 expressa com dados agora já directamente tomados das Memorias a mínima participaçom da produçom de origem térmica no total vendido pola SGGE, quando esta empresa é já a principal de Galiza tras da fusom com EPVR e SGES, umha participaçom mui inferior à que resultaria se utilizássemos como indicador a capacidade instalada. As cifras disponíveis para o conjunto do sector mostram-nos umha distribuiçom semelhante à da SGGE e muito mais acusadamente hidráulica que a correspondente ao sector eléctrico espanhol no seu conjunto; assim enquanto que no triénio 1933-35 a participaçom da energia eléctrica de origem térmica no total produzido é em Espanha do 8,61% e em Catalunha do 3,11%, na Galiza atinge só o 0,98% (12).

QUADRO 3
DISTRIBUIÇOM DA ENERGIA VENDIDA POLA SGGE SEGUNDO ORIGEM
(médias trienais expressadas em milheiros de Kw-h)

	Hidraúlica	Térmica	Total	% Hidráulica sobre o total
1924-26	20.487	1.876	22.343	92
1927-29	28.679	633	29.312	98
1930-32	44.575	78	44.653	99
1933-35	56.618	580	57.198	99

Fonte: SGGE, Memorias.

^{(12) «}La riqueza hidroeléctrica de Galicia y su aprovechamiento actual», Empresa. Revista económico-social, n.º 4, 1948; E. Errandonea, «Aspectos económicos de la producción de energía eléctrica», Electricidad, Madrid, 1941; J. Maluquer, «L'electricitat», cópia mecanografada facilitada amavelmente polo autor.

Por último, umha das questons que mais tem chamado a nossa atençom durante este período é o feito de que a falta de demanda de força motriz, que se presupunha ao princípio como um estorvo ao desenvolvimento do sector, nom parece que, polo menos a curto prazo, tenha sido tal. Ao contrário, parece que a oferta eléctrica foi sempre, ao menos nas comarcas ribeirás, claramente por detrás da demanda. As memórias da SGGE, da EPVR ou da EIC estám cheias de promesas da ampliaçom da capacidade para atender em futuros próximos as demandas que o seu entorno exige.

As empresas — referimo-nos às maiores— aparentam ter sido enormemente prudentes na realizaçom de novos investimentos, o que por outro lado resulta explicável se atendemos a dous factores. Um primeiro, o seu próprio tamanho. Acometer construçons que, como a barragem do Tambre, primeira barragem de importáncia construída na Galiza, permitiram atingir economias de escala, ficava longe das possibilidades de qualquer das empresas que já

QUADRO 4

EVOLUÇOM DOS DIVIDENDOS DALGUMHAS SOCIEDADES
ELÉCTRICAS DE GALIZA

	SGGE	EPVR	EIC
1905	4	3	_
1906	4	3	3
1907	4	0	4,5
1908	0	0	5
1909	5	3	5
1910	5	3	7
1911	6	0	9
1912	6	0	10
1913	6	0	10
1914	6	2	10
1915	6	2	10
1916	7	3	11
1917	7	5	11
1918	7	6	11
1919	6	6	11
1920	6	6,5	11

Fonte: Memorias das empresas.

desde 1907 (13) se interessárom nele; continuar na política de pequenas barragens era umha política que em torno a 1915, quando já existem consumos factiveis só baixos preços, como é o caso do tranvía, era só rendível garantido um coeficiente de utilizaçom elevado. De aí que as empresas só se decidiram a realizar novos investimentos quando tinham aquel segurado mediante a venda prévia da força motriz. Se utilizarmos os dividendos das empresas como umha primeira e grosseira aproximaçom a sua rentabilidade e observamos o *Quadro 4* apreciaremos a lógica de dita timidez. A SGGE começa a ter uns relativamente altos dividendos justo no momento em que entra em vigor o seu contrato coa Sociedad Española de Construcción Naval; previamente chegara a suspender o pagamento de dividendos no ano 1908. A EPVR praticamente nom reparte dividendo até que consegue o contrato com a Companía de Tranvias no ano 1914. Este e a compra da sociedade lionesa, que ocupava umha parte do mercado viguês, conseguirám mudar o rumo de aquela variável.

Nos anos da Primeira Grande Guerra há ademais outra razóm para que os que se vam constituindo como principais grupos, a EPVR e a SGGE, nom acometam novas iniciativas: o resgate das antigas fábricas da sociedade francesa de «Alumbrado, Fuerza Motriz y Calefacción de La Coruña y Vigo» supom-lhes um esforço financeiro importante, um esforço que era de sumo interesse porque significava a liquidaçom da escassa competência existente nas áreas de Corunha e Vigo, mas que vai drenar uns fondos que doutro jeito podiam ser utilizados na expansom da capacidade total do sector. A EPVR realizará a compra da secçom de Vigo com o apoio do Banco de Vigo (14), enquanto que no caso corunhês a compra vai-se fazer através da criaçom por parte da Cooperativa Eléctrica Coruñesa e o Banco Pastor dumha nova sociedade, Fábricas Coruñesas de Gas y Electricidad, que vai ser a que realize a compra (15).

O PROCESSO DE CONCENTRAÇOM EMPRESARIAL NO SECTOR ELÉCTRICO GALEGO

Com breves excepçons de liortas entre a companhia francesa e as outras empresas de Vigo e A Corunha, as boas relaçons de reparto de mercados som a tónica entre as empresas do período. Boas relaçons e progressiva interpenetraçom entre elas e o sector bancário que o episódio do resgate ao que faze-

(13) SGGE, Memoria 1907, pp. 8.

⁽¹⁴⁾ Banco de Vigo, Memoria 1917, pp. 4-6; EPVR, Memoria 1917, pp. 1-2. Sobre a génese e os problemas desta compra é de consulta obrigada o livro de M. Losada Carrera, Vigo y su progreso material (Un puñado de verdades), Alicante, 1927.

⁽¹⁵⁾ A mecánica e as raçons desta adquisiçom descrevem-se em CEC, Memoria redactada por el presidente de la socledad y aprobada por el Consejo de Gobierno y administración que se presenta a los señores accionistas con motivo de la adquisición de más de las dos terceras partes de las acciones de la Electra Industrial Coruñesa, Coruña, junio de 1927.

mos referência no parágrafo anterior veu consolidar, já que co apoio do Banco Pastor à operaçom descrita eram três as empresas que ficavam no seu grupo, a SGGE, FCGE e a própria Cooperativa Eléctrica Coruñesa. Se este era o caminho, o detonante que desatará a etapa de fusons e absorçons que vai levar à configuraçom definitivamente monopolística do sector vai ser a construçom da barragem do Tambre.

O projecto do Tambre vinha sendo tomado em consideraçom por várias das empresas operantes na Galiza desde quando menos 1907; a incapacidade das empresas individualmente consideradas e as exigências do resgate da companhia francesa adiaram a realizaçom do projecto até que no ano 1921 se chega a um acordo entre a SGGE, EPVR, a Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago e o navieiro aurosano Wenceslao González Garra, que era o concesionário da barragem, para acometer a construçom em dito rio dum aproveitamento para 4 grupos por um total de 20.000 CV. que poderia facilmente atingir umha produçom de 100.000 Kw-h que se transportariam por umha linha de alta tensom às comarcas de Corunha e sobre todo de Vigo (85 km.), onde a EPVR era incapaz de cobrir a demanda (16).

O acordo de 1921 desemboca na constituiçom dous anos despois dumha nova companhia em que se integram as três citadas, que adoptará o nome dumha delas, a SGGE, que com um capital em acçons de 20 milhons de pesetas e o apoio bancário de Sobrinos de J. Pastor (Corunha), Hijos de Olimpio Pérez (Santiago) e da Banca Marsans de Barcelona para a emissom de outros 20 milhons em obrigaçons, será finalmente quem de levar a bom termo o projecto (17).

A nova SGGE passa assim a ter umha capacidade mui superior a qualquer das sociedades que vendem electricidade em Galiza, possuindo ademais as redes das zonas de Ferrol, Santiago-Arousa e Vigo. Dos principais centros de consumo, ficava pois só Corunha fora do alcance da SGGE. As duas empresas que vendiam electricidade na Corunha nom dispunham de barragens próprias e só de pequenas instalaçons auxiliares de reserva, sendo portanto e na realidade distribuidoras e nom produtoras; tanto a Cooperativa como Fábrica de Gas y Electricidad de La Coruña compravam o fluido à EIC, umha empresa extremamente rendável (veja-se o Quadro 4) que possuia a invejada barragem de A Capela e mais umha reserva térmica na cidade de Corunha, e que formava parte desde a sua fundaçom no ano 1900 do grupo eléctrico do Banco de Vizcaya. Para as sociedades que vendiam na Corunha, estreitamente relacionadas entre sí, era fundamental evitar o acesso das produtoras, EIC e SGGE, ao mercado corunhês. Era esta umha tarefa fácil no caso da SGGE, porque os primeiros interesados em que nom se produzira o blo-

(16) SGGE, Memoria 1921.

⁽¹⁷⁾ SGGE, Memoria 1923; «La fusión de eléctricas de Galicia», La Energía Eléctrica, Año XXVI, n. 11, 10-VI-1924.

queio da FCGE eram precissamente os homes do grupo Pastor, cuja cabeça visível, Ricardo Rodríguez Pastor, se sentava simultaneamente na presidência do Conselho de Administraçom do grupo bancário, da FCGE e da própria SGGE; mesmo para esta última empresa, o perigo era unha possível expansom da menor mas mui forte EIC. Nesta tesitura, um grupo de accionistas da Cooperativa consegue umha opçom de compra das duas terceiras partes do relativamente reduzido capital social da EIC, que cede a sua vez à Fábricas Coruñeas de Gas y Electricidad. Coa Electra Industrial em poder desta última empresa, a fusom entre Cooperativa, EIC e Fábricas Coruñesas nom se fai esperar. No ano 1928 fica assim constituido o segundo grande grupo eléctrico galego sob a denominaçom da antiga Fábricas Coruñesas de Gas y Electricidad.

No 1928 fica portanto praticamente concluído o processo de concentracom empresarial no sector eléctrico, ainda que aparentemente se realize em torno a duas empresas, SGGE e FCGE, deve considerar-se que ambas pertencem a um mesmo grupo empresarial, o do Banco Pastor. A última empresa de certa importáncia nom autoprodutora, a Eléctrica de Orense, também do grupo Banco de Vizcaya, entra no grupo da SGGE no ano 1930, de modo que no ano seguinte, dous grupos empresariais, o citado SGGE-FCGE e o da autoprodutora Hidroeléctrica del Pindo controlam o 83% da energia eléctrica producida em Galiza. Se temos em conta que a segunda das empresas

QUADRO 5

PRODUÇOM ELÉCTRICA GALEGA NO ANO 1931 DISTRIBUÍDA SEGUNDO GRUPOS EMPRESARIAIS (em milheiros de Kw-h)

Hidroeléctrica del Pindo	63.244	29,7 53,6 16,7
Total	117.932	100

Fonte: Elaboraçom própria sobre S. Bello, Estadística de las centrales eléctricas superiores a 400 KVA, Madrid, 1932 e mais Cámara Oficial de Productores y Distribuidores de Electricidad, Estadillos mecanografiados.

citadas nom vende ao público, resulta que um só grupo empresarial, o da SGGE-FCGE produz o 76% da electricidade vendida na Galiza. Em todo caso, e apesar da concentraçom, a dimensom deste grupo principal segue a ser relativamente pequena a respeito das empresas de cabeça do mercado espanhol, tal e como se pode ver no *Quadro 6*.

OUADRO 6

POTÊNCIA INSTALADA E PRODUÇOM DAS PRINCIPAIS EMPRESAS ELÉCTRICAS ESPANHOLAS NO ANO 1935

	(em KW)	(em milhares de KW-h)
Riegos y Fuerzas del Ebro	158.600 128.290 114.590 59.807	688.862 458.388 244.503 166.134 136.066 83.350

Fonte: E Errandonea, «Aspectos económicos...», pp. 83.

Nos anos 30 o sector eléctrico galego é um sector abrumadoramente hidráulico, fortemente concentrado e relativamente pequeno no ámbito espanhol (18). A autêntica expansom vai-se produzir na realidade com a posta em marcha das grandes barragens do Minho e do Sil a partir da década de 1950, um processo que polo menos por mais recente si que resulta mais conhecido.

ABREVIATURAS MAIS USADAS NO TEXTO

SGGE = Sociedad General Gallega de Electricidad EPVR = Electra Popular de Vigo y Redondela

EIC = Electra Industrial Coruñesa

FCGE = Fábricas Coruñesas de Gas y Electricidad SGES = Sociedad de Gas y Electricidad de Santiago

CEC = Cooperativa Eléctrica Coruñesa

⁽¹⁸⁾ Sobre o sector eléctrico espanhol durante o primeiro terço do século som de imprescindível consulta os traballos de J. Maluquer, «L'électricité, facteur de développement économique en Espagne: 1900-1936», em F. Cardot (ed.), op. cit. y «Cataluña y el País Vasco en la industria eléctrica española», em M. González Portilla, J. Maluquer de Motes y Borja de Riquer (eds.), Industrialización y nacionalismo. Análisis comparativos, Barcelona, 1985. Nestes dous trabalhos e mais no já citado «L'electricitat» dá-se umha excelente bibliografia, tanto de publicaçons recentes como da época.

APÉNDICE I

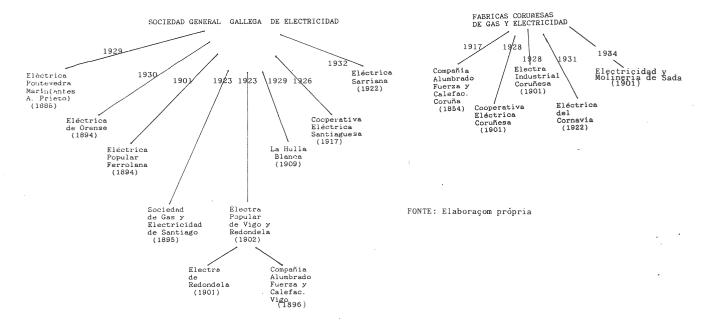
RELAÇONS BANCA/SECTOR ELÉCTRICO NAS EMPRESAS CONSTITUÍDAS CON ANTERIORIDADE A 1905

Nome da empresa eléctrica	Banco ou banqueiro com o que se relaciona
Eléctrica de Orense (Conde, Balvís) Soc. de Gas y Electricidad de Santiago	Marchesi Olimpio Pérez/Siméon
	García
Electra de Verín	Cid
Hidroeléctrica del Pindo	Pastor
Soc. General Gallega de Electricidad	Pastor
Compañía de Electricidad del Arnoya	Riestra
Laforet y cía	Olimpio Pérez/Riestra
Aquilino Prieto y cía	Riestra
Electra Popular de Vigo y Redondela	Riestra/Simeón García
Núñez y cía	Hijos de A. Núñez
Alumbrado Eléctrico de Lugo	Soler
Barcón y cía	Manuel Gómez y hno.
Electra Industrial Coruñesa	Herce y cía./Banco de
	Vizcaya
Electra Popular de Chantada	

Fonte: Registro Mercantil de Corunha, Lugo, Ourense e Pontevedra, *Libros de Sociedades* e mais *Memorias* das empresas.

Nota: Hijos de J. Marchesi, Sobrinos de J. Pastor e mais Herce y cía., som casas bancárias domiciliadas a começos do século na Corunha; Vda. e hijos de Simeón García e Hijos de Olimpio Pérez em Santiago: Riestra em Ponte-Vedra, Soto em Chantada, Hijos de A. Núñez em Betancos. Soler em Lugo e Manuel Gómez y hno. no Ferrol.

APÊNDICE II O PROCESSO DE CONCENTRAÇOM DO SECTOR ELÉCTRICO GALEGO, 1900-1936 (+)



⁽⁺⁾ Os números entre parénteses som os anos de fundaçom das empresas. Os que estám situados sobre das linhas som os de integraçom na sociedade que as absorbe.

A minaria do volfrámio em Galiza (1887-1960). Umha primeira aproximaçom

José Alberto RODRÍGUEZ PÉREZ

No ano 1783 os irmaos Elhuyar conseguem isolar por primeira vez o tungsténio a partir do ácido túngstico (1). Porém a obtençom propriamente industrial de aquel mineral nom começará até quase um século mais tarde, com o desenvolvimento do procedimento alcumado Oxland (2). A partir da década de 1870, o volfrámio, um material de elevado ponto de fusom, duro e resistente à corrosom, começa a ser utilizado para diversas aleaçons na metalúrgia. O posterior desenvolvimento da indústria de material eléctrico, do automóvel e de material bélico, entre outras em que o volfrámio tinha importantes aplicaçons, criarám umha procura crescente para este metal desde os anos finais do século XIX (3).

Duas características marcam desde os inícios a exploraçom do volfrámio. A primeira, a de tratar-se dum mineral «estratégico», de importáncia capital para a moderna indústria militar, e portanto mui condicionada a sua minaria e comércio polos imperativos da política internacional. A segunda, de tipo geológico, a sua ligaçom com a minaria do estanho, já que as mineralizaçons do volfrámio (volframita e scheelita) se encontram associadas à casiterita (mineral de estanho). Até finais do século passado em que começa a medrar a sua procura e preço, o volfrámio era considerado como ganga do estanho, fácil de encontrar onde se tivesse beneficiado previamente este. A partir de aí e em funçom da evoluçom dos preços fôrom simultaneando-se umha como minaria principal e outra como derivada (ou inevitável), mas sempre dum jeito complementar.

⁽¹⁾ Instituto Geológico y Minero, Bicentenario del descubrimiento del wolfranio por los hermanos Elhuyar, 1783-1983, Madrid, 1985. Usaremos indistintamente a denominaçom de tungsténio ou volfrámio, ainda que este segundo só fai referência a umha variedade mineralógica do tungsténio na sua acepçom mais genérica, nomeadamente o tungstato de ferro e manganeso.

⁽²⁾ T. K. Derry e T. I. Williams, Historia de la tecnología. Desde 1750 hasta 1900 (I), Madrid, 1977, pp. 708.

Em resumo, é a partir dos anos 1880, momento em que estám a ponto os elementos técnicos e económicos que permitem o seu aproveitamento, quando o tungsténio devém um recurso no sentido indicado por Zimmermann (4). Começa também aí o ámbito temporal deste artigo que nom é senom um primeiro e provisório achego à questom, baseado fundamental ainda que nom exclusivamente na conhecida série das Estadísticas Mineras (em adiante EM-ME) (5). Esta fonte fornece umha ampla informacom sobre emprego, potência instalada, producom e outras variáveis do sector mineiro para um período mui longo e ademais desagregados provincialmente. Pola contra, presenta alguns problemas como o da ocultacom de dados de laborejo, o de contabilizar registos de concessons de títulos que nom correspondem com o mineral existente senom de outro que paga menos em conceito de canone, etc. (6). Este último facto aconteceu em muitos casos na minaria galega, e mais precisamente na do volfrámio, e assi por exemplo jacimentos deste mineral como a mina Phoencia de Lousame ou várias de Vilar de Cervos figurárom durante tempo como minas de ferro. O recurso a outras fontes complementares permite como se verá, corrigir algumhas destas eivas da EMME.

1. Os recursos de estanho e_volfrámio na Galiza: localizaçom e posta em exploraçom.

Como passo prévio para entrar na análise da evoluçom mineira, vamos tratar de estabelecer a seqüência no descobrimento e posta em uso dos principais criadeiros, umha seqüência que como mais adiante veremos estivo em boa medida condicionada pola evoluçom da demanda. Usaremos a denominaçom do município onde as minas ou jacimentos se encontram por aparecer assi referidos normalmente.

Como já indicamos as mineralizaçons de estanho e volfrámio aparecem juntas mui freqüentemente, portanto necessariamente teremos de fazer referência ao conjunto da regiom estanho-tungstífera que como se pode ver no *Mapa I* se estende desde o sul-oeste da província de Corunha, até o extremo Sul da de Ourense, chegando ao norte português e os limites de Zamora e Leom.

Boa parte dos criadeiros actuais de estanho e volfrámio já foram explorados para o benefício do primeiro desde antigo (7), tal como era o caso dos

(4) E. M. Zimmermann, Introducción a los recursos mundiales, Barcelona, 1964, pp. 21.

(6) Para umha crítica neste sentido das EMME pode ver-se por exemplo Sánchez Picón, La minería del levante almeriense, 1838-1930. Especulación, industrialización y colonización económica, Almería, 1983, pp. 23.

(7) A. Meijide Pardo, «La antigua minería del estaño en el valle de Monterrey», Cuadernos de Estudios Gallegos, XVIII, 1963.

⁽³⁾ C. J. Schmitz, World non-ferrous metal production and prices, 1700-1976, Londres, 1979, pp. 16 e 174.

⁽⁵⁾ A EMME publica-se, com título ligeiramente variável e a cárrego de organismos diferentes, de forma continua desde o ano 1861. Sobre as distintas etapas da EMME veja-se por exemplo, S. Coll e C. Sudriá, El carbón en España, 1770-1961. Una historia económica, Madrid, 1987.

de Penouta (Viana), Monterrei, Pentes (A Gudinha), Arcucelos e mesmo Lousame. Outros fôrom postos em exploraçom em épocas mais recentes, ao longo do segundo quartel do século XIX, como os de Carbia, Aviom e Beariz (8). Nos anos finais do mesmo século deve destacar-se a reactivaçom dos de Lousame no ano 1887 e pouco despois o descobrimento da mina «Angelita» em Silheda (9).

Os jacimentos descobertos durante os primeiros vinte anos do século XX som fundamentalmente de volfrámio, e entre eles destacam o de Carvalheda e Balborrás (Casaio), a mina «Impensada» de Vilar de Cervos e o coto de Vilanova (A Veiga). O mapa do estanho mantém-se polo contrário praticamente sem mudanças durante este período.

Os anos entre 1920 e 1940 produzem poucas novidades no panorama das minarias das que estamos a falar, e na realidade é nas duas últimas décadas do nosso estudo que se descobrirám novamente criadeiros de importáncia, entre os que destacam os de Santa Comba-Coristanco e os de Sarreaus, constituídos por aluvions ricos em volframita. E também, outros menores como os de Arteixo, Ponteceso, Laracha e Muros. De casiterita descobre-se mineral em Camarinhas, Vimianço e Rianjo.

Estes últimos achados fecharám o inventário histórico dos recursos de volfrámio e estanho. Com a finalidade de sintetizar o relativo ao mineral que nos ocupa directamente, diremos que no que ao volfrámio respeita os jacimentos que mais contribuírom ao sustento dos labores mineiros antes da Primeira Grande Guerra fôrom os de Carbia, Lousame e Silheda. Que durante esta primeira guerra entram em acçom os de Vilanova, Casaio e Vilar de Cervos, e pouco mais tarde Carvalho, ainda que todos estes nom cobrarám importáncia até à década de 40, momentos em que se situarám também no primeiro plano os recém descobertos de Santa Comba e Sarreaus (10).

2. O volfrámio na minaria galega do século XIX.

O laboreio do volfrámio inicia-se num momento em que as duas ramas tradicionalmente mais significativas da minaria galega, o estanho e o ferro, estavam a sofrer mudas relevantes. No caso da primeira, logo do abandono por parte da Coroa a finais do século XVIII dos tradicionais jacimentos da Penouta, Pentes e Arcucelos, asistia-se desde 1830 a um certo renascer da minaria do estanho, esta vez na zona de Aviom, Beariz, Montes e Lalim (11).

⁽⁸⁾ E. Labarta, «Memoria correspondiente al estudio de los criaderos de menas de estaño y tugsteno del distrito de Orense», *Boletín Oficial de Minas y Metalurgia*, IV, n.º 35, 1920, pp. 65-66.

⁽⁹⁾ EMME, 1887 e 1888-89.

⁽¹⁰⁾ id., 1942 a 1945.

⁽¹¹⁾ G. Schultz, «Ojeada sobre el estado actual de la minería en el distrito de Asturias y Galicia», Anales de Minas, vol. I, Madrid, 1838, pp. 393-4; também G. Schultz, Estadística de la minería en Galicia y Asturias, Madrid, 1841, pp. 11-13.

O benefício desta minaria realizava-se no próprio país, já fosse em fornos improvisados ou bem em factorias permanentes como foi o caso de «Ntra. Señora del Carmen» em Beariz ou «Ntra. Señora del Corpiño» em Lalím, que beneficiárom o mineral extraído nestes criadeiros até a década do 1870.

Na minaria do ferro sucedia algo semelhante, se bem a importáncia relativa era maior, já que os criadeiros de Formigueiros e Rocas vinham sustendo a actividade de quase 40 ferrarias extendidas pola parte oriental de Lugo e norte de Ourense, dando ocupaçom em conjunto a uns 1.200 operários de toda classe (12). Ao lado desta minaria e metalurgia com raízes no Medioevo funcionárom com intermitências até 1873 os altos fornos de Sargadelos, intento finalmente falhido de desenvolver umha siderúrgia moderna em Galiza (13).

No último terço do século XIX esta minaria tradicional, realizada por companhias de paisanos que através de labores irregulares a céu aberto e portanto submetidos as contingências climáticas, subministrava ás citadas ferrarias, foi entrando em crise a medida que as ferrarias, mal comunicadas e sem poder beneficiar-se das economias de escala dos altos fornos, vam fechando perante a competência destes. Com a desapariçom progressiva desta siderurgia tradicional o laboreio destas minas, mal comunicadas e relativamente pequenas para erguer sobre elas umha siderurgia moderna, deixava de ter sentido (14).

A ausência dumha «siderurgia de recámbio» que permitisse a reactivacom do laboreio nas minas procurando os seus minerais para o seu benefício
no próprio país, descartou toda soluçom desde dentro. Vai ser logo a moderna siderurgia europeia, no momento em que economica e tecnologicamente
seja possível o uso dos minerais fosfóricos de Vilaodrid e a Silvarosa, a que
procure os minerais de ferro galegos para o seu benefício em Inglaterra e sobre todo Alemanha (15). Destarte, a finais do século XIX agroma umha nova
etapa para a minaria galega, umha etapa caracterizada pola ausência de estabelecimentos de benefício no interior e portanto dedicada à exportaçom dumhas
menas que som exploradas por empresas chegadas de fora, bem seja do País
Vasco, bem de Alemanha, Inglaterra, ou Bélgica. Este carácter exportador
que desde finais do século XIX adquire a minaria galega da mao do estanho

⁽¹²⁾ J. Esquerra del Bayo: «Datos sobre la Estadística Minera de España», Anales de Minas, vol. II, 1841, pp. 333-34. Também Schultz, Ojeada...

⁽¹³⁾ Sobre a siderúrgica de Sargadelos durante o século XIX, veja-se X. Carmona, «Producción textil e actividades marítimo-pesqueiras na Galiza, 1750-1905» que dedica um capítulo ao tema no que ademais recolhe umha excelente bibliografia à que nos remetemos.

⁽¹⁴⁾ Sobre esta minaria tradicional, cfr. EMME, 1865 a 1867. Também E. Labarta, op. cit., e mais Eleizegui, La minería en el distrito Coruña-Lugo, Corunha, 1909, pp. 7.

⁽¹⁵⁾ Sobre esta estapa da minaria galega do ferro podem ver-se Hernández Sampelayo, Hierros de Galicia, Madrid, 1931 e X. Carmona, «Cien años de economía», em Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación de Lugo, Cien años, Lugo, 1986.

e sobretodo do ferro, vai-no herdar a nova minaria do volfrámio que começa no ano 1887 e que constitui o objecto deste trabalho. A efeitos analíticos vamos distinguir três etapas na sua evoluçom:

—1887-1905: a minaria do volfrámio vai de mao da do estanho, sendo a sua importáncia mui reduzida. A actividade concentra-se numha única empresa, a «San Finx Tin Mines Ltd.», que explora os criadeiros de Lousame, Carbia e Silheda.

1905-1935: a minaria do volfrámio consolida-se e adquire carácter próprio, ainda que em todo caso o seu desenvolvimento é relativamente limitado, já que se mostra incapaz de responder ao «reto» da demanda ocasionada pola Primeira Grande Guerra.

1935-1955: A grande época do volfrámio. A produçom chega a multiplicar por dez o máximo da Primeira Grande Guerra, e o sector responde —agora si— ao crescimento da demanda que caracteriza o período.

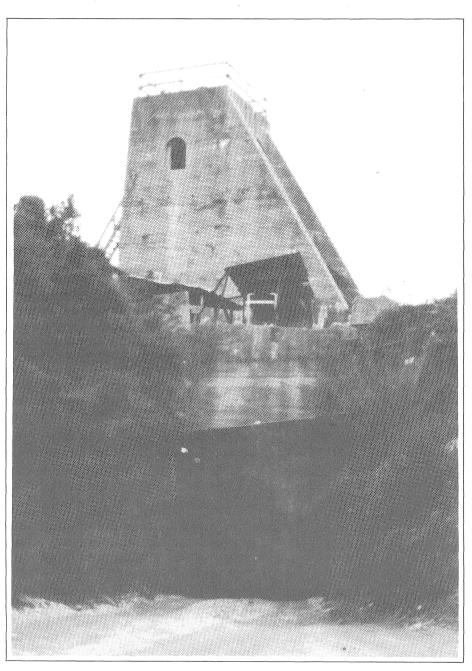
3. 1887-1905. Um «banco de provas» para a minaria do volfrámio.

Desde o seu começo por volta do ano 1887 até os anos 1898-99 a minaria do volfrámio vive na Galiza, como no conjunto mundial, um período que podíamos qualificar de «experimental». Contodo deve sobrancear-se que o seu carácter exportador determina já desde os começos um forte paralelismo com a conjuntura internacional, de jeito que se compararmos as séries de produçom mundial que reproduz Schmitz com as séries de produçom na Galiza observamos umha forte coincidência nas tendências: mínima produçom até finais da década de 90, forte crescimento nos anos 1898-99, posterior recaída.

Inglaterra desde 1870 e Alemanha desde 1877, vinham sendo pioneiras da produçom dum mineral que demandava a sua indústria siderúrgica, e este feito de estar quase circunscrita a produçom a dous países de escassas reservas em volfrámio traduze-se numha produçom mundial mui pequena, que só se incrementará de modo relevante a partir do 1899 em que entram em exploraçom umha mao de novos países, entre os que nesse momento sobressai Austrália (16).

A inserçom da minaria galega do volfrámio no mercado internacional manifesta-se desde o seu começo. A única empresa que nom é um simples ensaio das que operam no período, a «San Finx Tin Ltd.» está domiciliada em Londres, e a sua actividade está fortemente influenciada pola cojuntura internacional. Com efeito, esta companhia começa explorando os jacimentos de Carbia e Lousame coas pequenas quantidades que se indicam no *Gráfico II*, e vai ser precisamente nos anos da expansom finisecular quando esta empresa ponha em funcionamento as minas de Silheda, que som só de volfrá-

⁽¹⁶⁾ Schmitz, op. cit.



Um detalhe das minas de volfrámio de Lousame.

mio, a diferença das primeiras em que coexistia a exploraçom deste com a do estanho; é esta entrada das minas de Silheda em exploraçom a que explica que a produçom galega cresça em paralelo com a mundial durante estes anos. No ano 1898 outra companhia mineira, a «Forcing Mines Prospecting Ltd.» iniciará também a exploraçom do volfrámio em Ribadávia e do estanho em Beariz e Aviom (17), e nom está de mais recordar que é o ano 1899 o do começo da extracçom do volfrámio na província de Cáceres (18).

A queda da produçom galega dos anos 1901 e 1904 é resultado também da ligaçom com um mercado internacional que acusa por esses anos a queda dos preços derivada do forte aumento da oferta, efeito da posta em exploraçom dos jacimentos australianos, norteamericanos, e mesmo en menor medida doutros jacimentos ibéricos.

Em poucas palavras podemos resumir os rasgos desta primeira etapa; dum lado, a cativeza na produçom e lenta evoluçom acorde com o ritmo mundial. Doutra, predomínio do capital estrangeiro e carácter exportador das empresas exploradoras que remetem o estanho a Inglaterra e o volfrámio a Alemanha, prévia a sua concentraçom mecánica e separaçom electromagnética da volframita e a casiterita. Finalmente, nesta etapa experimental da minaraia do volfrámio, este ocupa um lugar subordinado a respeito do estanho, que nestes momentos é o objecto de labor principal.

4. 1905-1935: Um relativo «letargo» para a minaria galega do volfrámio».

O rasgo mais destacado desta etapa, e de aí que usemos a expressom «letargo», é a rigidez da oferta galega de volfrámio perante o «tirom» que na procura mundial de tungsténio supujo a Primeira Grande Guerra. Com efeito, até o começo desta (Gráfico I) a evoluçom da produçom galega segue — ainda que com algum retrasso— aproximadamente a tendência da mundial. Porém, a partir do momento do início da Guerra, o comportamento da produçom galega de volfrámio parece-se à mais ao dos países em contenda —França, Alemanha, Inglaterra— que a dos países produtores que permanecêrom à margem, países em que existe durante estes anos umha autêntica eclosom produtiva nesta minaria (Veja-se Quadro): China multiplica a sua produçom por 9, Bolivia por 13, Espanha no seu conjunto quase por 15. Na Galiza apenas se produzem alteraçons significativas, nom chegando a produçom do 1918, a máxima do período bélico, a duplicar a do 1914, e ultrapassando em poucas toneladas o máximo de 1906.

(18) EMME, 1898 a 1900.

⁽¹⁷⁾ British Parliamentary Papers, Accounts and Papers, 1900, vol. 96, pp. 35; id. id., 1901, vol. 84, pp. 525.

QUADRO I
PRODUCOM DE VOLFRÁMIO EM MILHARES DE TONELADAS

Anos	EU	GB	Alem.	Fran.	China	Bol.	Port.	Esp.	Galiza	Mundo
1914	0,4	0,2	0,3	12,7		0,3	0,9	0,4	0,2	20,6
1915	1,0	0,3	0,1	6,1		0,8	0,9	0,5	0,2	17,1
1916	2,6	0,4	0,1	7,3	0,1	3,0	1,1	0,5	0,3	32,0
1917	2,7	0,2	0,3	8,5	1,4	3,9	1,6	0,5	0,2	33,1
1918	2,2	0,3	0,2	7,4	9,5	3,4	1,2	4,6	0,3	41,9
1919	0,4	0,2	0,2	11,5	2,4	2,0	0,8	0,3	0,1	24,7

Fonte: Elaboraçom própria sobre Schmitz, op. cit. e EMME.

A referência à situaçom das empresas mineiras e alguns dos problemas estruturais do sector aclarecerá este peculiar comportamento da minaria galega do volfrámio.

4.1. As empresas e a cojuntura.

A empresa inglesa «San Finx Tin Ltd.» vai seguir sendo praticamente a única produtora de menas de estanho e volfrámio até 1912. Ainda que no período 1905-1908 outras companhias realizam prospeccons na zona de Ribadávia. a reduzida importáncia das suas producons —15 Tm. neses 4 anos— nom ameaca a primacia da primeira. Todo o resto da producom pertence à San Finx, um grupo já consolidado, que conta com avançadas instalaçons de concentracom e com umha oficina de separacom electromagnética em Carril, única deste género existente antes da guerra. Mas nem seguer assi a San Finx escapa ao endurecimento das condicons do mercado dos anos da preguerra, o que unido a problemas técnicos e administrativos obriga à empresa a abandonar no ano 1909 os labores em Lousame e Carbia, continuando tam só com a producom de volframita em pequena escala na mina «Angelita» de Silheda. A reanudacom das actividades levará-se a efeito dous anos despois, com as minas propriedade dum dos antigos accionistas. Mr. Lavery, e estes problemas da empresa som os que explicam o atrasso do arranque da produçom galega a respeito da mundial nos anos anteriores à guerra (19). Dentro desta cojuntura da inmediata pre-guerra em que os preços dos metais aumentam substancialmente, constituem-se várias empresas que dam cabo do quase monopólio da San Finx: The Spanish Tin Mines para explorar os criadeiros de es-

⁽¹⁹⁾ Sobre as vicisitudes da «San Finx» vejam-se as EMME destes anos, assi como R. del Cueto e A. M. de Irimo, La minería en Galicia, Corunha, 1910, pp. 79-81.

tanho de Vilar de Cervos, a empresa belga «Minas de wolfram de Balborrás» inicia a preparaçom da volframita em Casaio (20). Perto de ali, em Vilanova, a recém constituída sociedade «Antonio Conde e hijos» segue o mesmo caminho, enquanto actividades semelhantes se observam em Arnoia e Gomesende.

Se para a minaria do ferro, a Primeira Grande Guerra foi um forte golpe, para a minaria do volfrámio foi mais bem um enorme estímulo. O forte aumento na procura por mor do seu carácter de mineral «estratégico», a alça dos preços e a reduçom da produçom dos países em litígio, entre os que se encontrava a França, que produzia mais da metade do total mundial antes da guerra, fornecia umha cojuntura optima para a expansom desta minaria. O *Gráfico I* mostra como reagiu a produçom mundial no seu conjunto e como a Galiza nom tirou partido mais que numha pequena medida de tal cojuntura.

A explicaçom do comportamento atípico da minaria galega de volfrámio durante a Primeira Grande Guerra hai-no que buscar no feito de que as empresas estrangeiras que estavam a fazer no momento do início da guerra fortes investimentos en instalaçons, vírom-se obrigadas a abandonar perante as dificuldades financeiras que a guerra trouxo aparelhada nos países de origem, ficando só em produçom o grupo San Finx e continuando de vagarinho os labores preparatórios nas minas de Vilanova. O feito de que San Finx se visse afectada ademais por outras circunstáncias particulares como a morte do proprietário no 1916 ou o esgotamento do filom «Angelita» no 1918 coadjuvam à rigidez da oferta galega do mineral bélico.

Na minaria do volfrámio, como noutros muitos sectores económicos, a guerra facilita o ressurgir das iniciativas a cárrego do capital local. Assi, este é o caso da posta em exploraçom da aludida «Marsellesa 2», de «Antonio Conde e hijos» de Vigo ou da mina «Impensada» de Vilar de Cervos. Na imediata pos-guerra grupos capitalistas locais tentam comprar mesmo os grupos mineiros de Carbia e Silheda. Ao lado destas iniciativas a cárrego do capital galego, aparecem também outras de origem vasco como é o caso dos trabalhos de investigaçom do grupo «Martínez Rivas» nos criadeiros estaniferos de Vilar de Cervos assi como outras como a relativa à mina «Olga» na Penouta, onde tras de nomes espanhois se ocultam presumivelmente interesses americanos.

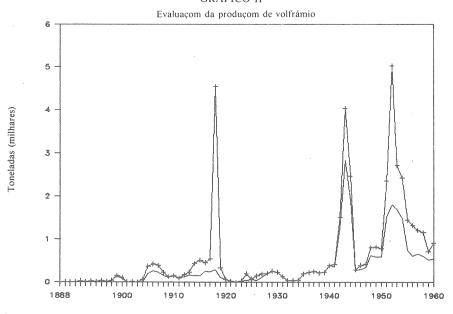
Com o fim da guerra a queda do preço do mineral provoca a suspensom das investigaçons e das actividades na maior parte das minas, salvo as de Lousame, que continuam a trabalhar em pequena escala até finais da década dos vinte. A reactivaçom do comércio de minerais que se produz daquela vai ocasionar mudanças de certo relevo. Dum lado, no relativo à propriedade, a de-

⁽²⁰⁾ El Financiero Hispanoamericano, 1913, pp. 8 e 403.

GRÁFICO I



GRÁFICO II



saparicom do grupo San Finx, quase protagonista exclusivo desta minaria até aquel momento, passando os seus criadeiros de Carbia a maos dumha empresa francesa. «Societé des Etains de Silleda» já no ano 1927 e o de Lousame poucos anos mais tarde, durante a Guerra Civil, à empresa «Industrias Gallegas, S. A.» do grupo do Banco Pastor (21). Doutro, e no que atinge à producom, em 1927 reanuda-se o labor na mina de volfrámio de Vilar de Cervos e nom-se em exploracom de novo as de Carbia e Fontao a cárrego da citada «Societé des Etains de Silleda». Finalmente, e com esta reactivacom mineira de finais dos vinte inicia-se umha nova oleada de interesse do capital estrangeiro nesta minaria, muitas vezes oculta tras de testaferros espanhóis ou sociedades interpostas. Esta tendência fai-se mais patente na década seguinte em que o capital alemám, até aqui ausente, começa a fazer acto de presenca com a constituicom de duas sociedades: a primeira delas «Estudios y explotaciones Santa Tecla, S. A.» domiciliada em Vigo, para a exploracom dos criadeiros volframíferos de Monte Neme (Carvalho); a segunda, com domicílio em Ourense «Montes de Galicia, S. A.» para fazer o próprio cos de Vilanova, Casaio, Vilar de Cervos e Ribadávia. Ambas as duas sociedades tinham autorizada umha participacom de capital alemám do 40 e do 75% respectivamente (22).

4.2. Os problemas estruturais.

Além dos factores de cojuntura a que nos estamos a referir, a minaria galega do volfrámio tinha um conjunto de problemas de carácter estrutural. A falta de infraestructura viária e a crónica especulaçom presente no sector eram ao juízo dos contemporáneos os principais e a eles consagraremos sendos comentários, ainda que isto nom suponha rejeitar o efeito doutras faltas no ámbito da mao de obra, da falta de «espírito industrial» ou o vagaroso avance das técnicas e investigaçons mineiras que também merecêrom a atençom daqueles.

No que atinge ao problema das comunicaçons existia um primeiro problema de falta de estradas e caminhos de ferro secundários que permitisem o acesso dos minerais às estaçons principais ou aos portos de embarque. Em tal sentido, cumpre recordar que a rede ferroviária galega tendida na segunda metade do século XIX, e escassíssimamente ampliada durante o primeiro terço do XX (23), deixara isoladas zonas mineiras de relativa importáncia como a parte oriental da província de Lugo e toda a parte oriental da de Ourense, onde o transporte devia fazer-se em carros do país e nom em poucos casos

⁽²¹⁾ Sobre as transferências das minas da «San Finx», veja-se EMME, 1927, 1940 e 1945.

⁽²²⁾ M. Einhorn, Die ökonomischen Hintergründe der faschistichen Deutschen Intervention in Spanien, Berlin, 1962, pp. 172.

⁽²³⁾ X. Carmona, voz «Ferrocarril» na Gran Enciclopedia Gallega.

a lombo de mulas. Se a isto somarmos um segundo problema, o de que as empresas ferroviárias só praticavam tarifas reduzidas umha vez que o volume de transporte ultrapassava um nível elevado (24), a questom do transporte apresenta-se-nos na sua verdadeira dimensom de problema para o desenvolvimento mineiro: umha minaria de exportaçom como era a galega ficava condenada a explorar os jacimentos relativamente próximos ou bem comunicados com os portos de embarque, ficando sem utilizar —salvo temporalmente em cojunturas extraordinárias— a riqueza existente no interior.

Estes impedimentos estruturais relativamente à infraestrutura afectavam ao conjunto da minaria, mas em todo caso menos à do volfrámio e estanho que à do ferro, tanto polo maior valor por unidade de peso das primeiras menas como polo seu carácter «estratégico» do que já falamos. De todos os jeitos, cumpre fazer algumha reflexom que relativize a ideia de que os minerais nom férricos constituiam um grupo aparte, para o que os problemas derivados dos transportes nom tivérom efeito sobre a evoluçom produtiva.

Um exemplo com dados relativos ao ano 1920 vai-nos ilustrar ao respeito. Enquanto em tal ano o custo de colocar umha tonelada de volfrámio das minas de Carbia no porto de Carril era de 35 pesetas, o transporte da mesma tonelada procedente das minas de Vilanova ao mesmo porto resultava ser de 122 pesetas, o que quer dizer o 2, 8 e o 12% do preço do mineral posto no porto de embarque (25). A diferença era avondo como para que, perante uns custos de extraçom semelhantes, as exploraçons do interior funcionassem só em épocas de preços internacionais altos, abandonando-se nas depressivas, como talmente aconteceu na pos-guerra.

Outro impedimento dos que atingiam ao desenvolvimento da minaria era o que se podia nomear como «registaria». O carácter fortemente flutuante desta minaria, favorecia a acçom dos que Cueto chamava «polilhas da minaria» (26), acaparadores de minas que obtinham títulos através de registo, esperando a ocasiom de liquidá-los com vantagem. Esta actividade de funda tradiçom na minaria galega, tivo um forte impulso no período da Primeira Grande Guerra, dado o optimismo existente a respeito de que umha vez acabada a contenda o capital europeu regressaria a atender os projectos abandonados, reactivando a minaria à calor dumha procura acrescentada pola reconstruçom. Neste caldo de cultivo favorável produziu-se um aumento progressivo das concessons tituladas durante a guerra em contraste com ritmos produtivos mui modestos (veja-se *Quadro II*).

 ⁽²⁴⁾ Sobre o tema das tarifas veja-se o informe da Cámara de Comercio de Lugo que se reproduz em R. Cueto e A. M. de Irimo, op. cit. Também nas EMME destes anos o tema das tarifas é obxecto de contínua referência.
 (25) E. Labarta, op. cit.

⁽²⁶⁾ R. del Cueto e A. M. de Irimo, op. cit., pp. 97-100.

	1914	1917	1920	1923
Concessons produtivas —Número		1	0	0
Concessons improdutivas —Número	28	35 921	38 1.862	20 413

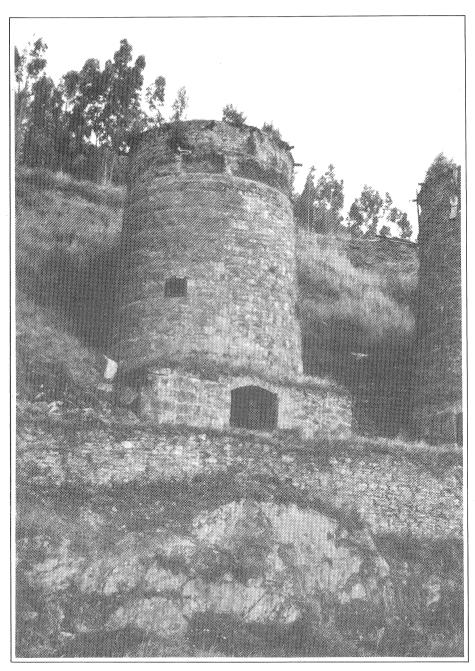
Fonte: Elaboraçom própria a partir de EME

Da acçom destes «tratantes de minas» derivam-se duas conseqüências de carácter negativo para minaria. Por um lado manter imobilizados uns recursos até achar umha ocasiom propícia para a sua venda, obstaculizando assi a sua posta em exploraçom por outras pessoas ou sociedades. Por outra o encarecemento das concessons, que em muitos casos nom respondia ao contido real do jacimento, ocasionando um ambiente de incerteza pouco favorecedor do negócio mineiro.

5. O grande auge da minaria do volfrámio. 1935-1955.

Se o primeiro terço do século XX pode qualificar-se de «época do ferro» para a minaria galega, já que era este o seu ramo mais representativo, a partir de meados dos anos trinta poderia falar-se da «época do volfrámio», já que este vai ser o protagonista fundamental da actividade mineira na Galiza nos anos que vam de 1935 ao 1955. A eclosom produtiva que se produz em torno a este mineral à calor do «mercado de guerra» rompe dum jeito total co «alertagamento» de que falávamos: se até 1940 se arrincaram nas minas galegas 5.600 Tm. de volfrámio, nos 15 anos seguintes van-se arrincar quatro vezes mais, sobre umhas 24.000. Essa etapa de expansom geral vem marcada por dous períodos de auge coincidente com a Segunda Grande Guerra e com a Guerra de Corea, com um período de leve recessom entre elas. Neste apartado analisaremos especialmente o primeiro destes períodos.

A observaçom do *Gráfico II* pom de manifesto qual foi a magnitude do «salto» produtivo, que rompe a trajectória histórica seguida por esta minaria. Iniciada a recuperaçom do «bache» sofrido durante a depressom, com uns níveis produtivos durante a Guerra Civil próximos aos atingidos na Primeira Grande Guerra, num período de três anos multiplica por dez o volume da sua produçom alcançando a cifra máxima de 2.850 Tm. no ano 1943, cifra em toda medida desproporcionada com a capacidade produtiva que o sector vinha mantendo até este momento. Esta expansom resulta mais paradoxal se



Um dos fornos de calcinaçom para os minerais de ferro da Ponte Nova (Vilaodrid).

tivermos em conta que a produçom mundial ficou por baixo da atingida no 1918. Se durante a primeira guerra esta se multiplicou por mais de quatro em apenas igual número de anos, agora o período expansivo prolonga-se dez anos mas as taxas de crescimento som muito mais reduzidas. No que atinge a Galiza, cuja produçom medrara mui por baixo das taxas da mundial durante a primeira guerra, agora polo contrário, tem umha expansom muito maior que impulsa a sua vez à produçom espanhola a cifras superiores ao 10% do total mundial.

Este comportamento diferencial do conjunto ibérico, já que Portugal também mostrou um dinamismo maior que na anterior cojuntura, responde a dous tipos de razons. A primeira delas, a entrada no mercado alemám. Com efeito, Alemanha, que importava até 1929 o volfrámio basicamente de China e da India, passa a solicitar a partir de tal ano este mineral a Espanha e Portugal; num princípio em quantidades pequenas, aumentando com a generalizaçom do conflito armado e com o marco de fraternais relaçons entre o regime franquista e o nazi. Este «tirom» da procura unido às alças nos preços, que passam de 20 \$/Tm. em 1939 a 100 \$/Tm. ao princípio da Guerra e a 270 \$/Tm. no ano 1943 (27), provoca o que se conheceu como «febre do volfrámio».

QUADRO III IMPORTAÇONS ALEMÁS DE VOLFRÁMIO DE VÁRIAS PROCEDÊNCIAS (em Tm.)

Anos	China	India	Portugal	Espanha
1937	8.037	1.229	304	141
1938	8.962	1.295	658	222
1939	4.142	62	638	148
1940	800		61	193
1941			1.640	794
1942			1.545	611
1943			930	463
1944			316	895

Fonte: M. Einhorn, op. cit., pp. 203-4.

Se bem a expansom produtiva nom pode atribuir-se exclusivamente à demanda alemá, esta tivo um indubitável protagonismo em especial nos seus primeiros momentos, e sobretodo na Galiza. Desde 1928 as minas galegas eram

⁽²⁷⁾ M. Einhorn, op. cit., pp. 203-4. Os preços a bocamina, que som os que figuram em EMME passam nos mesmos anos de 8.000 à 95.000 ptas./Tm. Cfr. EMME deses anos.

em Espanha as únicas em funcionamento, nom se produzindo a incorporaçom das doutras zonas do estado até 1941. Portanto as exportaçons a Alemanha no período 1937-41 fôrom de 1.498 Tm., enquanto a produçom galega foi nesses anos de 1.440; deste jeito o mercado alemám absorveu a totalidade da produçom das minas galegas, dado que resulta coerente co que já se dixo sobre a participaçom alemá nas empresas «Montes de Galicia» e «Santa Tecla». Com o avanço da guerra e a posta em exploraçom doutros criadeiros noutras regions, o peso de Alemanha no conjunto dos países receptores recua de jeito que nos anos 1942-43, os de máximo auge volframífero, aquel representa só o 25% da produçom espanhola. Pode portanto afirmar-se que a influência do mercado alemám foi mui importante num primeiro momento, mas que posteriormente o seu papel decreceu, ao dirigir-se umha parte importante das saídas via Portugal e cara a Inglaterra.

Se em termos gerais podemos dizer que este apogeu da minaria vinha condicionado polo «mercado de guerra», fica por explicar como foi possível que um ramo da minaria que vinha arrastando umha vida quase «anémica», pudo responder ao aumento da procura e atingir níveis de producom mui por riba da capacidade produtiva dos quatro grupos mineiros principais que vinham operando desde 1936. Neste momento, e em contra do que fora a situacom no 1914, eram conhecidos quase todos os principais criadeiros de volfrámio, equipados todos eles com instalaçons para extraçom e preparaçom do mineral e umha certa experiência mineira neste ramo. Além disto o descobrimento da rica zona de volfrámio de Santa Comba-Coristanco em que predominam os aluvions, que permitiam umha fácil e económica exploracom. contribui sem dúvida ao auge produtivo. Ora bem só a particular articulacom do aparelho produtivo da minaria galega nos momentos da segunda guerra mundial pode explicar que a produçom se multiplique por dez em apenas três anos; esta particular articulacom é a segunda razom ao nosso juízo que explica umha tam rápida expansom.

6. A articulaçom produtiva da minaria galega durante a segunda guerra mundial.

Nas exploraçons de estanho-volfrámio coexistiam três formas de minaria. Umha primeira, a minaria «estável», constituída polos principais grupos mineiros do ramo, que à altura de 1940 contavam com umha certa trajectoria mineira e com instalaçons ajeitadas para a preparaçom do mineral; som «Industrias Gallegas» em Lousame, «Montes de Galicia», «Societé des Etains de Silleda», e «Santa Tecla» em Carvalho. Umha segunda, a minaria exercida num elevado número de pequenas exploraçons, que em geral constam dumha só mina, dirigida por proprietários individuais, com um número reduzido de operários e uns volumes de produçom pequenos, carecendo das instalaçons adequadas; é este um grupo que surge à calor da cojuntura de altos preços e será portanto de vida efímera, desaparecendo a maioria tras 1944.

Nestas duas primeiras categorias de minaria, trabalham no ano 1943, 9.680 operários num total de 90 exploraçons (87 minas e 3 grupos mineiros), face aos 1.023 operários em 6 exploraçons do ano 1940 (28), cifras estas que nos afirmam a importáncia da segunda das categorias enumeradas na expansom da produçom de volfrámio durante a Segunda Grande Guerra. Este conjunto de pequenas exploraçons «obraba siempre amparado por la perfecta organización de un mercado que cada día ofrecía precios más ventajosos, consiguiendo con ello, a pesar de los procedimientos primitivos y del todo rudimentarios casi siempre empleados, satisfacer las exigencias de la demanda y hasta beneficiar algunos yacimientos que seguramente no hubiesen admitido otra clase de laboreo» (29). Sem dúvida fica sem argumentos a afirmaçom da falta de «espírito empresarial» dos indígenas na minaria galega.

Finalmente, umha terceira categoria de minaria, a irregular, o tradicional «aventureo», labores clandestinos mas em todo caso complementares da produçom «legal», perfeitamente conectados às redes comerciais estabelecidas, e parte fundamental dentro dessa estrutura de três elementos graças a qual se pudo «improvisar» tal volume de produçom.

A denominaçom de minaria irregular aplicava-se às actividades mineiras realizadas em criadeiros nom registados ou bem concedidos mas nom explorados, por grupos de indivíduos dotados de técnicas e instrumentos rudimentares, nos momentos em que as altas cotizaçons das menas permitiam obter benefícios. O estanho e o volfrámio fôrom na Galiza sempre o arquétipo deste tipo de minaria.

Na realidade o estanho era já tradicionalmente explorado por grupos de paisanos, «aventureiros» que trabalhando temporalmente, em labores a céu aberto feitas sobre aluvions, com métodos rudimentares, produziam pequenas quantidades de mineral que era vendido ao dono dos fornos ou a acopiadores que lhe pagavam a tanto por libra de mineral. Este foi ademais o método de exploraçom usado polas companhias inglesas que como a «Medina Tin Mines Ltd.» se instalárom em Galiza a partir de 1860 para exportar este mineral. Durante o século XIX o «aventureo» foi pois na realidade a forma de exploraçom «normal» no ramo do estanho, umha forma que vai desaparecendo a medida que entram empresas com sistemas de organizaçom da produçom novos, em exploraçons estáveis e subterráneas, com sistemas modernos de concentrado das menas, ainda que nalguns casos coexistirám ambos procedimentos durante algum tempo.

Se no século XIX o «aventureo» foi um fenómeno generalizado e normal, no XX só ressurgiu naqueles momentos em que os elevados preços das menas de estanho e volfrámio permitiam tirar com estas actividades um rendimento aceitável, incluindo-se normalmente nelas nom só o laboreo de fi-

⁽²⁸⁾ EMME, 1946, pp. 428 e 453.

⁽²⁹⁾ id. id., 1945, pp. 286.

lons e aluvions a céu aberto, senom também o benefício em fornos improvisados. Durante a Primeira Grande Guerra o «aventureo» do estanho tivo um certo auge, menor no caso do volfrámio polos problemas que implicava o seu benefício, ainda que mesmo assi a *Estadística Minera* dá notícias da sua existência em Beariz, Aviom e Forcarei, nalguns casos com o consentimento dos concesionários das minas; igualmente, arredor da oficina de benefício «Marsellesa 2» em Pentes, hai notícia de intensos labores dos aventureiros co objecto de fornecerem de mineral a este forno.

Um novo protagonismo toma o aventureio do estanho durante a Guerra Civil, conseqüência tanto dos altos preços da casiterita como do desabastecimento ocasionado pola guerra. Até tal ponto o «ventureo» foi nom só tolerado senom fomentado polos concesionários das minas que se citam vários casos em que estes facilitavam os meios de transporte para levar a mena aos fornos.

Se até este momento o volfrámio passou praticamente desapercibido para os «aventureiros», agora, a finais dos anos trinta, com as altas cotizaçons e as melhores facilidades de comercializaçom, começa com forte pulo, sobretodo na zona de Santa Comba-Coristanco, de grande riqueza em este mineral, e descoberta a partir dos labores destes «aventureiros». O feito de se tratar de depósitos sedimentários facilitava a extraçom, reduzindo as operaçons a umha simples lavagem das terras, enviando logo as zafras para a separaçom electromagnética a Santiago ou Carril. Esta actividade passa a constituir a terceira minaria da que falávamos, mui ligada à minaria improvisada de carácter legal que se desenvolve em pequenas exploraçons durante a Segunda Guerra Mundial. Era no entanto o carácter «clandestino», ou seja, nom fiscalizável o que definia a actividade do «aventureo», já que isso o diferenciava do trabalho a destalho, utilizado a miúdo neste momento polas empresas mineiras.

Outra actividade que nom deve identificar-se com a anterior e que tomou o relevo durante este auge mineiro foi a ocultaçom de mineral polos trabalhadores das minas ou o simples roubo em armazéns, que ainda que conectadas, já que o mineral em ambos os casos se encauçava através do mercado negro, nom podem pôr-se em paralelo dado que o «aventureo» estava muito mais ligado às tradicionais actividades do estanho, com umha continuidade relevante na história mineira galega.

Desde logo que polas próprias características destas actividades nom se conhece o volume de produçom e emprego gerado, mas em qualquer caso estas quantidades eram, em palavras de Alemany, redactor das memórias da *Estadística Minera* de 1942, «considerables», avaliando-se para este ano numhas 350 Tm. Em todo caso, o próprio sistema de comercializaçom, através de redes clandestinas de acopiadores e intermediários, que bem lhe-lo vendiam a outras minas ou o introduziam em Portugal, fazia difícil qualquer tipo de estimaçom da produçom desta actividade derivada.

7. A última expansom da minaria galega do volfrámio.

Se rápido fora o ascenso, mais rápida será a queda. Já antes do fim da guerra, com a intervencom no mercado dos países aliados, que no nosso caso toma corpo através do tratado sobre carburantes cos EE.UU., muda o destino das exportaçons espanholas de volfrámio, cessando já no mes de Julho as destinadas a Alemanha (30). As repercusons do fin da guerra, acontecido pouco despois, sobre a producom mundial de volfrámio fôrom inmediatas. sendo a queda em Espanha e Portugal especialmente rápida. No 1945 situam esta a níveis inferiores aos do 1941 e a minaria galega volta de novo à sua anterior postergacom: o número de minas activas no 1945 desce a 19. queda que atinge sobre todo à minaria cojuntural, e menos ás exploraçons mais formalizadas e de mais enraizamento que puderom derivar a producom ao irmao gémeo, o estanho. Estas empresas mantenhem-se assi com umha actividade reduzida à espera de melhores condicons no mercado do volfrámio, derivando a volframita novamente num subproduto da extracom do estanho. De todos os jeitos vai ser pouco o que dure esta situacom porque na realidade esta nova expansom do estanho estava baseada na existência nos anos 1942. ao 1945 de elevados precos de intervencom que funcionavam como incentivo para o objectivo do autoabastecimento deste mineral. Com a volta ao mercado livre no estanho no ano 1947, que quase coincide ademais coa reactivacom do comércio internacional do volfrámio, volta a ser este o principal actor da cena mineira.

Vários elementos conjugam-se a partir do ano 1947 para este ressurgimento da minaria galega de volfrámio. Por um lado, a procura externa; a partir do 1947 países como Suécia, Itália, EE.UU. ou Inglaterra começam a procurar volfrámio na Península, por mor do corte dos seus subministros tradicionais de China e Corea, grandes vendedores nos anos anteriores aos mercados ocidentais. Paralelamente a esta abertura de novos mercados, que permite realizar os stocks de anos anteriores, inicia-se umha tendência alcista nos preços que se torna em brusca elevaçom a partir do início da guerra de Corea —os preços se multiplicam por 5 entre 1950 e 1955—. A reactivaçom da produçom nom se fijo esperar, merecendo mençom especial nestes anos a actividade nas zonas de aluviom de Santa Comba e, na província de Ourense, de Sarreaus. Prova da reactivaçom e o facto da aumento rápido do número de exploraçons e empregados, tal como se pode ver no *Quadro IV*.

⁽³⁰⁾ M. Einhorn, op. cit., pp. 204. Em todo caso, nos meses anteriores as exportaçons ilegais de volfrámio intensificariam-se de tal jeito que «para entonces el Tercer Reich disponía de stocks de wolframio para un año y medio aproximadamente». Cfr. A. Viñas (ed.), Política comercial exterior en España (1931-1975), Madrid, 1979, vol. 1, pp. 416.

Anos	Número de exploraçons	Número de operários
1947	4	109
1951	109	1.600
1954	59	3.976

Fonte: EMME dos anos respectivos.

O consumo interno que até aqui vinha sendo absolutamente nulo comeca agora com a instalacom dumha fábrica de elaboracom de volfrámio em pó em Vilagarcia no ano 1947 (31), primeira oficina de transformaçom nos sessenta anos de história desta minaria. Ao seu lado os três estabelecimentos de fabricacom de estanho-metal contribuem a matizar o tradicional carácter exclusivamente exportador da minaria do estanho-volfrámio.

Mas se a cojuntura da Guerra de Corea permitira umha forte expansom da minaria ibérica do volfrámio, a primeira europeia do momento, o fin da guerra no ano 1953 significa um radical ponto de inflexom. Com a reactivacom da producom coreana e a volta aos mercados internacionais do principal e crecente produtor mundial, a China (32), as producons galega e portuguesa, tinham pouco que fazer. A minaria galega resiste um par de anos, até o 1955, gracas aos contratos de abastecimento assinados a princípios da década, mas a partir de aí empeza a sua continuada queda, nom tam rápida como as de épocas anteriores e acorde com o novo carácter que esta minaria estava a tomar, fruto da perda desse carácter estratégico do volfrámio para converter-se num metal como outro qualquer, de crecentes aplicacons industriais e submetido às flutuaçons do mercado próprias do resto da minaria (33).

Destarte, a minaria galega do volfrámio fica a partir do final da Guerra de Corea como umha minaria marginal, outra vez complementar da do estanho, que nom acha mais que cojunturalmente, e isto em termos mui inferiores aos do passado, uns precos que lhe permitam operar. No balanco das épocas de impulso desta minaria, os salários dos mineiros e uns benefícios rápidos para aventureiros e especuladores que figérom um mito da abundáncia e a ostentacom existentes nas comarcas afectadas. Ouicá um importante negócio para algumha das empresas —umha delas ligada como vimos a um banco galego—, mas em conjunto, umha minaria muito mais próxima nos seus escassos efeitos económicos a longo prazo a do chumbo do Surleste andaluz que tem analisado J. Nadal que a outras de major fortuna (34).

⁽³¹⁾ EMME 1947, informe de Pontevedra.

⁽³²⁾ Schmitz, op. cit., pp. 178-181.

⁽³³⁾ J. L. Rebollo y J. F. González, «El programa de investigación de minerales de estaño y wolframio», Economía

Industrial, n.º 126, 1974. (34) J. Nadal, «Industrialización y desindustrialización del Sureste español, 1817-1913», Moneda y Crédito, n.º

MAPA 1



Fonte: Elaboraçom própria apartir dos dados da EMME; e E. Labarta: Memoria...

APÊNDICE I PRODUÇOM DE VOLFRÁMIO (Em Tm.)

Anos	Galiza	Espanha	Mundo	Anos	Galiza	Espanha	Mundo
1888	5	5	200	1925	73	73	9.200
1889	5	5	100	1926	39	148	11.100
1890	5	5	200	1927	118	197	8.400
1891	4	4	200	1928	209	209	6.500
1892	26	26	200	1929	255	255	9.400
1893	13	13	_	1930	235	235	8.400
1894	21	21	100	1931	131	131	7.400
1895	14	14		1932	40	40	4.000
1896	31	31		1933	42	42	6.900
1897	10	10	100	1934	45	45	10.500
1898	35	37	400	1935	194	194	12.900
1899	141	151	200	1936	228	228	14.900
1900	82	108	100	1937	250	250	22.500
1901	6	6	200	1938	215	215	22.600
1902	0	11	100	1939	229	229	25.300
1903	0	0	400	1940	388	391	26.600
1904	0	60	500	1941	359	414	28.700
1905	201	375	3.600	1942	1.267	1.511	29.200
1906	270	420	3.900	1943	2.850	4.038	34.100
1907	234	386	5.500	1944	1.901	2.474	28.700
1908	154	226	3.500	1945	276	293	13.900
1909	118	129	5.000	1946	300	393	10.000
1910	134	153	6.300	1947	343	425	14.500
1911	86	96	7.000	1948	620	807	19.200
1912	127	169	8.800	1949	589	819	15.700
1913	162	235	9.600	1950	592	784	17.600
1914	155	437	20.600	1951	1.528	2.356	25.700
1915	151	512	17.100	1952	1.802	5.034	33.700
1916	261	455	32.000	1953	1.698	2.723	42.400
1917	246	546	33.100	1954	1.495	2.432	41.700
1918	282	4.555	41.900	1955	736	1.447	44.300
1919	105	337	24 700	1956	607	1.326	44.500
1920	60	62	15.900	1957	658	1.215	37.800
1921	25	25	4.700	1958	614	1.160	30.800
1922	0	0	5.700	1959	516	716	33.100
1923	28	28	6.600	1960	540	913	39.300
1924	39	200	5.700				

Fonte: Elaboraçom própria sobre Schmitz, op. cit., e EMME.

O sistema financeiro galego da segunda metade do século XIX

Maria Iesus FACAL

Um dos temas menos conhecidos da história económica da Galiza oitocentista é o relativo às actividades de carácter bancário. Neste breve artigo, que por um lado resume e por outro profundiza nalguns aspectos da tese de licenciatura da autora (1), tenta-se oferecer umha panorámica breve mas comprensiva dos principais aspectos e componentes do sistema bancário galego na segunda metade do século XIX. Trata-se dum momento particularmente interessante, em que o conjunto do sistema bancário espanhol avança cara a sua formalizaçom institucional. Som os anos em que as leis de bancos de emissom e sociedades de crédito de 1856 estabelecem em Espanha um marco de jogo que permite a criaçom de numerosos bancos en forma de SA, os anos em que o Banco de Espanha estabelece o sistema de sucursais, os anos em que agromam as Caixas de Aforros.

O feito de nos centrarmos na banca en foma de SA nom quer dizer que menospreciemos a outra forma de actividade bancária, menos institucionalizada mas sem dúvida mais importante a meados do século passado, a exercida polos denominados «comerciantes banqueros» (2). Estes últimos, aos que muitas vezes se recorda só nas suas actividades como emprestadores, jogavam um importante papel como intermediários financeiros. Umha das suas actividades, por só citar duas, era a intervençom nos pagamentos e ingressos procedentes do comércio externo. A sua vantagem sobre o Banco de Espanha

⁽¹⁾ Por tal motivo, e para evitar um excessivo aparato documental, tentamos de reduzir ao máximo as notas e referências. Para aqueles aspectos que aqui nom se documentam suficientemente remetemo-nos à dito trabalho: M. J. Facal, *La banca en Galicia durante la época de la Restauración: el Crédito Gallego*, tese de licenciatura inédita, Santiago, 1986.

⁽²⁾ J. R. García López, Los comerciantes banqueros en el sistema bancario español, Oviedo, 1987.

era ainda no 1886 reconhecida pola sucursal corunhesa deste: «insignificantes son las operaciones verificadas con las divisas sobre el extranjero, en virtud de que éstas siguen cotizándose en nuestra plaza a cambios más ventajosos que los de la Bolsa de Madrid, por ser el papel más solicitado de los comerciantes para reembolsos, lo cual se comprenderá fácilmente teniendo en cuenta que aquí los dos artículos de más importancia son el cuero para la importación y el ganado para la exportación; pues haciéndose por mayor importe la primera y acostumbradas las casas remitentes de Montevideo y Buenos Aires a reembolsarse sobre Coruña pagadero en Londres, claro es que para la correspondiente provisión de fondos, tiene que ser muy estimado este papel que produce la segunda, resultando de ello una mejora en el cambio, más ventajosa que la que sirve a la sucursal (del Banco de España)» (3).

Outra importante actividade desenvolvida polos banqueiros particulares era a de facilitar meios de pago, evitando o deslocamento físico dos fundos. Os banqueiros, muitos deles ao tempo comerciantes, mantinham relaçons com outros comerciantes ou banqueiros de diversas partes da Península ou do exterior e, através das suas contas mútuas, tinham alí situados fundos —ou dispunham do crédito preciso— que permitiam atender pagos com o simples giro dumha letra. A funçom de traslado de fondos dumhas províncias a outras dentro de Espanha começou a declinar ao estabelecer-se no ano 1884 a gratuidade das transferências entre as contas correntes das diversas sucursais do Banco de España, declinando também a partir de aí o interesse de manter conta corrente com tais banqueiros —e com a banca local em geral— a respeito do Banco de España. O *Gráfico 1* expressa mui bem o efeito que tivo esta medida nas duas sociedades anónimas bancárias existentes na Corunha. Um forte aumento nas contas correntes da sucursal do Banco de España e umha forte queda nas da instituicom local, a S.A. Crédito Gallego.

Francisco Tettamancy queixava-se poucos anos logo do estabelecimento da gratuidade das ditas transferências de que A Corunha tinha «hasta hace poco tiempo (...) muchas y respetables casas bancarias, que se dedicaban a las operaciones inherentes de préstamo, giros, descuentos de letras y otros documentos de cambio (...). Hoy son contadas las que existen, debido quizás a la absorción ejercida por el privilegiado Banco de España, que además de tener la emisión del billete único, se entregó a aquella clase de operaciones, que efectúa en gran extensión mediante una comisión módica dado el dilatado y fabuloso crédito que disfruta» (4).

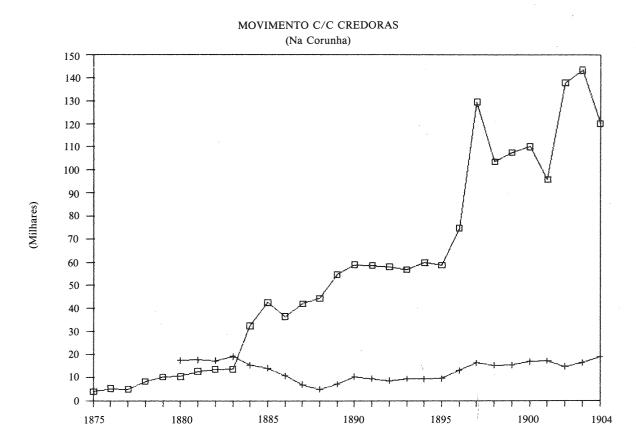
1. AS PRIMEIRAS SOCIEDADES ANÓNIMAS BANCARIAS GALEGAS

O primeiro banco galego em forma de SA foi o Banco de La Coruña, criado no ano 1857, ao amparo das leis bancarias do ano anterior, que permi-

⁽³⁾ Memoria de la sucursal del Banco de España en La Coruña, 1886.

⁽⁴⁾ F. Tettamancy Gascón, Apuntes para la historia comercial de La Coruña, Coruña, 1900.

GRAFICO I



+ CRÉDITO GALLEGO

73

☐ B. ESPAÑA (CORUNHA)

tiam a emissom de bilhetes para as sociedades a ela acolhidas por um importe máximo do triplo do seu capital. Outro banco de características semelhantes agromará em Santiago 6 anos logo, enquanto o intento de criacom dum banco de emissom em Vigo será rejeitado em 1863 tras do informe negativo do Conselho de Estado. Vigo nom contará por tanto com banco de emissom. mas si com a outra instituicom financeira à que davam cabida as leis bancárias de 1856 (5). A Sociedad de Crédito y Fomento de Vigo, estabelecida no mesmo ano, nom terá o «privilegio» de emissom de bilhetes mas si a possibilidade de captar passivo emitindo obligacons. As três instituicons seguiram pautas mui diversas, sendo a primeira das sociedades citadas a única que atingiu o cabo do ano 1874 em que o decreto Echegaray outorgaba o monopólio de emissom de bilhetes ao Banco de España. O Banco de Santiago declara-se formalmente dissolto em 1870 tras dumha série de irregularidades na gerência. enquanto que a instituicom viguesa se declara em liquidacom em janeiro do 73. ainda que na prática segundo afirma Pedro Tedde deixara de funcionar desde 1869 (6).

Ouem eram os fundadores destas instituicons e que interesses respresentavam? Comecando polo Banco de La Coruña, diremos que se trata exclusivamente de capital local, comerciantes e banqueiros particulares corunheses que já no 1856 se opunheram ao estabelecimento dumha sucursal do Banco de España na cidade e que vam utilizar o banco como fonte de financiacom das operacons do comércio local: som nomes como os dos Atocha, Vila, Babé, Ugarte, Herce, basicamente banqueiros, comerciantes e consignatários. Distinto é o caso do Banco de Santiago, onde acarom dos comerciantes locais participa o Crédito Vasco, e mais o da Sociedad de Crédito y Fomento de Vigo, viguesa só de nome, porque se trata na realidade dumha manobra do grupo bancário madrilenho dos Bertrán de Lis para arrecadar financiacom para a construcom do ferrocarril de Ourense a Vigo de que eram concesionários.

O Apéndice I recolhe o balanco das três instituicons citadas a finais do ano 1866. Nel podem-se ver reflexadas as diversas políticas correspondentes aos grupos que estám neles representados. A primeira diferença é a da localizacom das actividades que se financiam. Como se pode observar no Apéndice, tanto o Banco de Santiago como a Sociedad de Crédito y Fomento de Vigo tenhem a maior parte dos fundos investidos em «Corresponsales» e «Deudores Varios» (56 e 99% do total respeitivamente), o que quer dizer estám financiando a actividade dos seus corresponsais por envio de bilhetes, metálico, letras, pagarés, etc. Polo contrário, o Banco de La Coruña, centra os seus

ñola en la Restauración, Madrid, 1974.

⁽⁵⁾ Sobre as leis de 1856 e o sistema bancário que delas agroma som de consulta obrigada os diversos trabalhos de G. Tortella e N. Sánchez Albornoz, entre os que aqui salientaremos só G. Tortella, Los orígenes del capitalismo en España, Madrid, 1975; N. Sánchez Albornoz, «Los bancos y las sociedades de crédito en provincias, 1856-1868», Moneda y Crédito, n.º 104, 19678 e mais España hace un siglo: una economía dual, Madrid, 1977. (6) P. Tedde, «La banca privada durante la Restauración», en G. Tortadella y P. Schwartz (eds.), La Banca espa-

investimentos em actividades locais, representando o investimento en empréstimos e carteira o 66% do activo.

A segunda diferença apreciável radica no nível de aceitaçom dos bilhetes, o que indica por um lado a credibilidade da instituiçom e por outro e do ponto de vista da história económica, a contribuiçom que a mesma realizou à difusom do bilhete bancário. Em tal sentido, é sabido que as leis de 1856 concediam tal possibilidade só aos denominados bancos de emissom e nom ás sociedades de crédito. Pois bem, os bilhetes em circulaçom, quer dizer a diferença entre bilhetes emitidos (passivo) e bilhetes em caixa (activo) indicam umha mui superior confiança do público nos do Banco corunhês e umha mui superior contribuiçom pola sua parte à difusom deste meio de pago. Na realidade, o Banco de Santiago apenas tem bilhetes em circulaçom. A SCFV que nom pode emitir bilhetes polo seu carácter de sociedade de crédito mas si obligaçons, fai um amplo uso de tal faculdade, sendo no momento que descreve o balanço a relaçom recursos próprios/recursos alheios de 1 a 4.

Em resumo, o Banco de La Coruña parece ter contribuído dum jeito activo ao financiamento do comércio local e a difusom do bilhete bancário na praça corunhesa. O Banco de Santiago e o SCFV tivérom um papel mínimo nas suas praças e parecem ter financiado actividades fóra delas, nomeadamente de carácter ferroviário.

2. O DECRETO ECHEGARAY E O MONOPÓLIO DE EMISSOM DO BANCO DE ESPAÑA

O Decreto de 19 de março de 1874 conhecido na historiografía como «Decreto Echegaray» vinha a estabelecer o monopólio da emissom de bilhetes para o Banco de España, concedendo aos bancos que até aquel momento eram de emissom a possibilidade de se converterem —prévia liquidaçom— em sucursais de aquel ou bem de continuarem como bancos independentes em forma de SA mas sem capacidade para utilizar aquela forma de captaçom de passivo. Na Galiza, à altura do 1874 era o Banco de La Coruña a única instituiçom que ficava das criadas ao amparo das leis bancárias de 1856, sendo portanto à única que se via afectada polo Decreto Echegaray.

Logo dumha longa controvérsia e prolongada resistência ao que os membros do Conselho do Banco de La Coruña e a imprensa local consideravam um «atropello», o banco opta pola liquidaçom e fusom co Banco de España que se assina em Dezembro do 1874. Na escassa historiografia sobre o tema, tanto os contemporáneos Coumes Gay (7) e Faginas (8), como alguns autores

⁽⁷⁾ A. Coumes Gay, Guía de La Coruña, Coruña, 1877.

⁽⁸⁾ R. Faginas, Guía indicador de La Coruña y Galicia para el año 1890-91, Coruña, 1890, pp. 53-54.

posteriores que recolhem a sua opiniom (J. Nava. J. A. Alonso) (9) considerárom a desaparicom do Banco de La Coruña como um «atropello», «un ultraje al comercio de La Coruña», já que o Banco se encontrava na «época de mayor apogeo». Nom imos repetir aqui a avaliacom polo miúdo desta operacom financeira, que já realizamos noutro lugar, senóm simplesmente a indicar que as testemunhas dos contemporáneos eram interessadas e as dos observadores posteriores pouco atentas, porque na realidade se bem era certo que o Banco de La Coruña repartira entre 1869 e 1872 um dividendo do 12% —o mais alto da sua história— também e certo que a instituicom tinha pontos de notável debilidade. Por só citar um, entre o 25 e o 30% dos seus ingressos provinham dos benefícios dos investimentos em valores públicos. Isto implicava que os benefícios do banco dependiam em grande medida do cumprimento dos compromisos da Fazenda. Destarte, quando no ano 1873 esta suspende o pagamento de amortizacons e juros, o Banco de La Coruña precisa recorrer ao Fondo de Reserva para poder fazer frente ao dividendo. Doutra banda, o resultado para os accionistas foi bastante favorável, já que o troco das accons do Banco de La Coruña polas do Banco de España se fixo avaliando as deste último ao 113% quando a sua cotizacom no mercado era do 165% sobre o nominal. O «atropello» denunciado por Coumes Gav e outros autores pudo sê-lo quicá noutros sentidos mas em nengúm caso no dos interesses económicos dos accionistas

Tampouco pode falar-se de «atropello» no sentido de que o decreto Echegaray privasse à Corunha dum banco próprio por quanto a maior parte dos accionistas do antigo Banco de La Coruña constituem ao ano seguinte, Abril do 1875, umha nova sociedade, a S.A. Crédito Gallego, com um capital social de 1,5 milhons de pesetas, que estará totalmente desembolsado já 3 anos despois. A grande diferença a respeito da época anterior para o grupo de comerciantes e banqueiros corunheses vai ser a de que agora a sua instituiçom nom está só, pois co Decreto Echegaray e a liquidaçom do antigo banco aparece em Corunha e na Galiza em geral a rede de sucursais dumha instituiçom nova: o Banco de España. Dela falaremos a seguir, para passar despois a S.A. Crédito Gallego.

O ESTABELECIMENTO DA REDE DE SUCURSAIS DO BANCO DE ESPAÑA

Como consequência do Decreto Echegaray, polo qual desapareciam os bancos locais de emissom, o Banco de España se comprometeu a instalar sucursais nas principais cidades espanholas. A primeira que se estabeleceu na

⁽⁹⁾ J. Naya, «Cómo nació el Banco de La Coruña«, en Bodas de oro, 1918-1968. Banco de La Coruña, Barcelona, 1968, pp. 16-17; J. A. Alonso, «La banca y la economía de Galicia en el primer tercio del siglo XX» en Tuñón de Lara (ed.), España 1898-1936: estruturas y cambio, Madrid, 1984, pp. 190-191.

Galiza foi a de Corunha no ano 1874, logo veu a de Vigo no ano 1885, e as de Lugo, Ourense, Ponte-Vedra e Santiago no 1886. A rede completou-se finalmente nos anos 1903 e 1904 com o estabelecimento de correspondentes nas principais povoaçons de cada província, correspondentes que nos mais dos casos eram banqueiros particulares, como os Núñez em Betanços, Dans en Ferrol, Viuda e hijos de Siméon García em Vila-García, Cid em Verim ou Soto em Chantada.

Como tem sinalado já Rafael Anes, as sucursais do Banco de España tivérom durante a Restauraçom um papel económico mui pouco activo (10). Tal é o que acontece no caso galego, onde as sucursais mantenhem a maior parte dos recursos imobilizados em Caixa, respaldando a circulaçom dos bilhetes, destinando só a investimentos produtivos (empréstimos, créditos, descontos) entre um 10 e um 40% de aqueles. Mesmo pode dizer-se que as sucursais galegas tivérom um comportamento mais conservador do que as sucursais no seu conjunto, já que em geral o ratio «Caixa/Activo» das primeiras é mui superior ao das segundas. O que nom podemos dizer aqui é se a causa de tal comportamento foi um problema de oferta ou de procura, quer dizer se foi umha política do banco ou conseqüência da falta de conhecemento e extensom na Galiza das diversas figuras bancárias.

Em todo caso, e apesar da sua pouca importáncia, algumhas das observaçons que se podem tirar do estudo do movimento das principais variáveis das sucursais, podem ser de interesse polo que dim sobre o funcionamento do conjunto da economia galega. Em primeiro lugar, que volume de investimento representam as sucursais galegas sobre o total das sucursais do Banco de España e quem som os principais accionistas?

QUADRO I CONJUNTO DAS SUCURSAIS DO BANCO DE ESPAÑA NA GALIZA

Investimento efectivo (milhons pts.)		Número de acçons	% do total	Número de accionistas	% do total
1886	8,09	4.670	1,56	176	2,42
	30,14	12.634	4,12	780	7,16

Fonte. Elaboraçom própria sobre Memorias sucursais BE.

⁽¹⁰⁾ R. Anes, «El Banco de España (1874-1914): un Banco Nacional», en G. Tortella y P. Schwartz (eds.), La Banca española...

Como se pode ver no Quadro 1, as acçons e os accionistas domiciliados nas sucursais galegas medram fortemente durante o período, ficando em todo caso no final do mesmo por baixo da participaçom que corresponderia aos níveis de populaçom, mas mui por riba por exemplo dos de industrializaçom (11). O capital médio por accionista segue porém a tendência contrária, o que indica desde logo umha popularizaçom relativa das acçons durante o período, de jeito que ao final do mesmo o número de acçons por accionista é na Galiza de 16 face às 27 que é a média do conjunto do Banco de España. Contodo há um pequeno grupo de accionistas que detentam pacotes relativamente de acçons tal como se pode ver no Apêndice II, entre os que contam banqueiros particulares como Pedro Barrié ou Olímpio Pérez.

Outro dado de interesse recolhido nas memórias das sucursais é o dos «depósitos de efectos en custodia», que representam títulos da Dívida do Tesouro Público, acçons, cédulas e obrigaçons emitidas por companhias legalmente constituídas. Estes depósitos, ao lado da dos investimentos efectivos em acçons do Banco de España (Quadro II), constituem um índice do investimento realizado no período onde se destaca nom só o rápido crescimento dos valores em questom senom mui-especialmente o fortíssimo pulo dos anos da crise colonial.

OUADRO II

	Investimento efectivo em acçons do BE domiciliadas em sucursais galegas (milhons de pesetas)	Depósitos de efeitos nas sucursais galegas (milhons de pesetas)
1875	0,42	2,69
1880	1,10	9,64
1885	6,87	10,79
1890	13,73	20,39
1895	15,25	36,46
1900	23,99	113,14

Fonte: M. J. Facal, op. cit.

Passando aos investimentos realizados polas sucursais, estes realizárom-se através do desconto de efeitos, que representa financiaçom a curto, e a concessom de créditos e empréstimos a meio, que em geral nom ultrapassavam o prazo dos 90 dias, ainda que nalguns casos a sua renovaçom continuada aconselha considerá-los a longo.

⁽¹¹⁾ J. Nadal, «La industria fabril española en 1900. Una aproximación», en J. Nadal, A. Carreras y C. Sudriá (eds.), La economía española en el siglo XX. Una perspectiva histórica, Barcelona, 1987.

No que atinge aos descontos passam dos 8,2 milhons de pesetas do ano 1886 aos 28,7 do 1904, umha cifras que ainda que indicam crescimento também indicam umha relativamente escassa utilizaçom desta forma de crédito nas sucursais galegas do BE já que no primeiro dos anos citados a cifra indicada nom significou mais que o 1,6 do total de efeitos descontados polo conjunto das sucursais espanholas; no ano 1904 a cifra eleva-se ao 2,4%, sendo o ano de máxima participaçom de um 4,5%.

A partida de empréstimos e créditos resulta porcentualmente algo superior á dos descontos (passa dum 1,9% no 1887 ao 5,3% do 1904), e nela sublinha-se umha vez mais um importe médio inferior ao do conjunto das sucursais espanholas.

QUADRO III

TOTAL EMPRÉSTIMOS E CRÉDITOS NAS SUCURSAIS GALEGAS
DO BE DURANTE O PERÍODO 1874-1904

	Importe	Número	Importe médio
Corunha	143,4	9.372	15.300
Lugo	26,6	1.941	13.704
Ourense	34,6	2.165	15.981
Ponte-Vedra	38,1	2.054	18.549
Santiago	40,5	2.475	16.363
Vigo	41,9	2.059	20.349

Fonte: Elaboraçom própria sobre Memorias BE.

Em conjunto, e como indica o Quadro IV, que serve de recapitulaçom, da comparaçom das séries do conjunto das sucursais galegas com as do total das sucursais do banco, deduze-se umha forte descompensaçom entre os recursos achegados e os recebidos polas sucursais galegas; deste jeito, podia-se afirmar que se bem a proporçom das partidas de Passivo se achega em grande medida à proporçom que representa a populaçom galega a respeito da espanhola, ou dito douto jeito, o aforro por pessoa parece aproximar-se ao aforro per cápita espanhol reflexado nos balanços do Banco de España, polo contrário, os recursos que as sucursais desta instituiçom vertem na Galiza som proporcionalmente mui inferiores e mais próximos a outros indicadores como o da participaçom galega no conjunto da indústria espanhola.

OUADRO IV

PERCENTAGEM QUE REPRESENTAM AS SUCURSAIS GALEGAS A RESPEITO DO TOTAL DAS SUCURSAIS DO BANCO DE ESPAÑA NALGUMHAS PARTIDAS DO BALANCO NOS ANOS 1893 E 1904

	1893	1904
Depósitos	8,26	10,45
Giros	9,90	9,50
Acçons	6,40	9,40
Créditos	7,80	5,30
Empréstimos	1,30	5,10
Descontos	3,50	2,40

Fonte: Elaboracom própria sobre as Memorias do BE.

4. UMHA SOCIEDADE BANCÁRIA POR ACÇONS NA GALIZA DA RESTAURACOM: O CRÉDITO GALLEGO

Tras da dissoluçom do Banco de La Coruña, e tal como já dixemos, será a S.A. Crédito Gallego, a única sociedade bancária por acçons na Galiza do último quartel do século XIX. O Crédito Gallego constitui-se o dia 6 de Abril do 1875, ao amparo da lei de Sociedades por Acciones de 1869, com um capital de 1,5 milhons de pesetas. A sua dissoluçom, tal e como previam os Estatutos produze-se no ano 1905, acontecimento este que marca o final do ámbito temporal deste trabalho.

Ainda que boa parte da publicística da época argumentou que o objecto da criaçom do Crédito foi o de fazer-se cargo da liquidaçom do Banco de La Coruña, parece mais plausível que a razom de fundo fora mais bem e desde a perspectiva dos promotores a de dotarem-se dum instrumento financeiro próprio, já que os 17 anos de funcionamento do Banco de La Coruña demostraram a utilidade de dispor dumha instituiçom local que financiasse as actividades mercantis através de descontos, empréstimos e créditos em conta corrente. O vazio deixado pola liquidaçom do primeiro nom podia ficar coberto—sob o ponto de vista dos comerciantes e banqueiros locais— pola instalaçom da sucursal do BE, umha instituiçom em que nom encontram «las facilidades que antes prestaba el Banco local, efecto sin duda de la rigidez de su reglamento y de las fórmulas poco comerciales que lleva la tramitación de sus operaciones» (12). De aí a continuidade entre a antiga instituiçom liqui-

⁽¹²⁾ Reunión celebrada nos locais do Banco de La Coruña en liquidación en 7-2-1875, en Libro de Juntas Generales de la S.A. Crédito Gallego.

dada e a nova sociedade observável tanto na coincidência dos nomes dos Conselhos como do capital, já que o 43% do capital do Crédito Gallego procedia do Banco de La Coruña.

Dumhas intençons iniciais ambiciosas, que incluiam a expanssom e estabelecimento de sucursais em toda Galiza, passou-se aginha a converter-se num banco local, com um ademais mui moderado crescimento das cifras do seu balanço (veja-se o *Gráfico II*). De entre as causas desta moderaçom dos objectivos haveria que citar dum lado o escasso volume do mercado regional e a escassa demanda de serviços bancários do tipo dos que oferecia o Crédito Gallego; doutro, a concorrência das sucursais do Banco de España e sobretodo dos banqueiros privados, que durante toda a vida da sociedade mantivérom um forte controlo da instituiçom. Com efeito, nove das doze pessoas que assinam a constituiçom eram à sua vez banqueiros; dos 5 presidentes que terá o Crédito durante os seus 20 anos de existência, 4 tinham as suas próprias casa de banca, e finalmente, dos 39 membros que durante esses anos fôrom membros do Conselho de Governo, 18 exerciam negócios bancários.

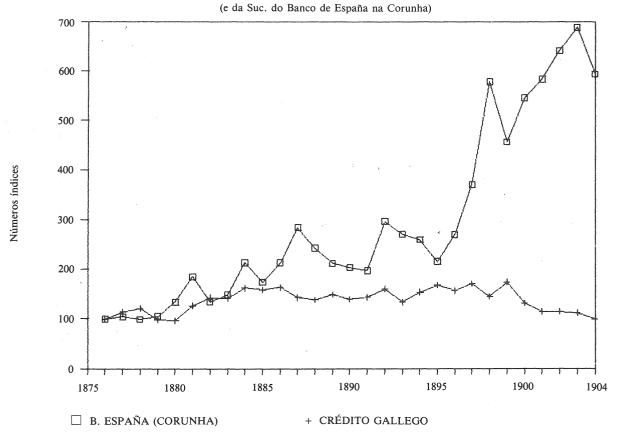
Na evoluçom do Crédito podem-se distinguir contodo três etapas diferenciadas. Na primeira delas, de formaçom, que dura até o ano 1886, a instituiçom mantem-se sob a direcçom dos membros do antigo Banco de La Coruña. Nesta etapa inicial há um forte crescimento dos recursos captados, relativamente fácil já que se parte de níveis baixos, e umha utilizaçom dos mesmos obsessionada polo motivo segurança, que se traduz num forte imobilizado em Caixa (coeficiente de caixa nunca inferior ao 0,8 entre 1876 e 1881 e em torno ao 0,4 entre 1882 e 1886) e mais um forte peso dos valores públicos na Carteira (no 1886 o investimento em valores de tal tipo representava o 43% do Activo). Contodo, esta é a época em que o rendimento do capital é mais alto, chegando ao 8,5% no ano 1882.

Ainda que situemos o fim desta primeira etapa no ano 1886, ano em que se produz o ponto de inflexom na tendência do total do balanço, na realidade o feito determinante parece estar já no ano 1884 em que o Banco de España estabelece a circulaçom dos seus bilhetes em todo o território espanhol e começa a realizaçom gratuíta das transferências de fundos entre as contas correntes das distintas sucursais. 1886 é sobretodo o momento em que tais vantagens se fam efectivas, já que é o ano em que como vimos o Banco de España consolida a sua rede de sucursais na Galiza. O efeito da gratuidade das transferências reflecte-se com toda obviedade no movimento das contas do Crédito que pasa de 38 milhons de pesetas no ano 1883 a 17 no 1889.

A segunda etapa que qualificariamos de estabilizaçom, decorreria entre 1886 e 1899, e caracterizaria-se pola detençom do crescimento das partidas do balanço e pola remodelaçom da estrutura deste último. Neste sentido, a novidade no que atinge aos recursos é a pignoraçom no Banco de España dos valores públicos que mantinha em Carteira, que lhe vai supor umha injecçom de liquidez importante. No que atinge aos investimentos, o Crédito Gallego

GRAFICO II

EVOLUÇOM DOS BALANÇOS DO CRÉDITO GALLEGO



fai-se cargo da contrata das obras dos esgotos e empedrado da cidade herculina e a tal efeito converte-se em emprestador do Concelho. No mesmo apartado de investimentos, o Crédito amplia nesta etapa a sua política de créditos, incluindo neles os créditos sobre mercadorias e ampliando os de tipo hipotecário. A maior disposiçom de recursos que permitia a pignoraçom no Banco de España tem em todo caso um custo e este traduze-se no recorte dos beneficios a respeito da etapa anterior, em especial durante os anos difíceis 1886-87 em que o comércio corunhês se-vê afectado pola detençom das exportaçons de vacun à Inglaterra.

A derradeira etapa do Crédito Gallego vai da crise colonial ao ano da sua dissolucom, 1905. Trata-se da etapa tal vez mais interessante da história da instituicom, na que coexistem no seu Conselho duas linhas claramente definidas. Umha, a dos partidários da continuacom da linha conservadora que vinha mantendo o Banco, de financiacom simplesmente do comércio local e complemento da actividade dos banqueiros privados. Outra, a dos partidários do saneamento da instituicom e do apoio às actividades industriais que están agromando nos anos da mudanca de século. O balanco neste período reduz as suas cifras, entre outras cousas como efeito do saneamento que se aborda regularizando vários créditos incobravéis. Paralelamente o Crédito lanca-se à especulacom bursátil, até o ponto de que algum conselheiro chega a propor a liquidacom antecipada para poder liquidar com benefícios aproveitando a conjuntura. A proposta de disolucom nom é aceitada, mas si a venda dos valores e o uso ao menos parcial dos fundos obtidos no financiamento dalgumhas das indústrias em que participavam activamente alguns dos banqueiros privados que se sentavam no Conselho do Crédito Gallego, o que nos pom mais umha vez na pista duns banqueiros particulares que imprimem a este último —como antes ao Banco de La Coruña— um carácter de instrumento dos seus interesses

QUADRO V

CRÉDITOS CONCEDIDOS POLA SOCIEDADE CRÉDITO GALLEGO
A INDÚSTRIAS RADICADAS NA GALIZA

Ano	Importe	Sociedade
1900	160.000	Sociedad Eléctrica de Orense
1903	200.000	Sociedad General Gallega de Electricidad
1903	675.000	Azucarera Gallega
1904	150.000	Hidroeléctrica del Pindo

Fonte: Elaboraçom própria sobre o Libro de Inventario do CG.

Além destes créditos ás novas empresas que agromam por esta época deve consignar-se um forte aumento das contas correntes e dos efeitos descontados durante este período final, indicativo também da mudança na orientacom do Crédito nesta última etapa.

A liquidaçom, que na realidade já se vinha preparando desde o ano 1900, realiza-se no ano 1905, resultando fácil polos bons resultados destes anos finais: o reembolso foi do 92% do capital investido, o que quer dizer com umha perda mínima. Um sector dos accionistas intenta arrastrar ao resto à transformaçom do CG num novo Banco de Galicia, o que finalmente fica sem efeito. Em todo caso, os banqueiros particulares continuarám na sua actividade e alguns dos membros do antigo Conselho (Dionisio Tejero e Fernández Troncoso) participarám anos mais tarde, no 1917, na constituiçom do novo Banco de La Coruña.

Dum ponto de vista global, o Crédito Gallego foi um banco pequeno, que ademais perde progressivamente peso relativo na vida bancária corunhesa em benefício da sucursal do Banco de España (Gráficos I e II). Um banco que mantivo sempre um elevado encaixe e umha parte mui alta dos seus investimentos em valores de renda fixa, o que quer dizer um banco onde prima o motivo segurança sobre outros alternativos. E foi finalmente um banco que só no final da sua vida começou a mudar a sua política, quando na realidade era já demasiado tarde.

5. AS CAIXAS DE AFORROS NA GALIZA DA RESTAURAÇOM

Se excluímos algum desafortunado precedente nos anos centrais do século XIX, as Caixas de Aforros aparecem na Galiza no ano 1876, quando a S.A. Crédito Gallego decide a criaçom da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de La Coruña. Na década seguinte estabelecerám-se as de Vigo, Santiago, Lugo e Ferrol, ligadas todas elas a instituiçons como Concelhos, Diputaçons ou associaçons operárias católicas (13). Destinadas a canalizar o aforro popular, por riba dum certo importe as contas nom percebem interesses, as caixas galegas —como outras espanholas— mostram-se em tal sentido eficazes. Com efeito, tal e como se pode ver no *Quadro VI*, as imposiçons vam aumentando lenta mas progressivamente, destacando a de Santiago entre o conjunto das galegas, observando-se assi mesmo polo pequeno nível dos saldos médios que se trata do aforro procedente das clases menos abastadas, algo que também se nota no feito de que os incrementos se produzem mais que nos saldos no número de impositores.

⁽¹³⁾ F. Sagredo (ed.), Historia de una institución gallega: Cajas de Ahorro y Monte de Piedad de La Coruña y Lugo, Madrid, 1976; Confederación Española de Cajas de Ahorro, Historia cuantitativa de las Cajas de Ahorro españolas, 1874-1900, Madrid, 1985.

QUADRO VI
IMPOSIÇONS NAS CAIXAS GALEGAS ESTABELECIDAS ATÉ 1880
(milhares de pesetas)

Ano	Corunha	Corunha Santiago Ponte-Vedra		Vigo
1880	81	46	4	6
1885	284	240	8	65
1890	602	760	190	167
1895	1.055	1.422	60	216
1900	1.669	2.116	409	361

Fonte: Elaboracom própria sobre CECA, Historia cuantitativa, e Memorias das Caixas respectivas.

O uso dos fundos captados responde a outros padrons. Por um lado, os investimentos das caixas destinam-se principalmente a valores públicos (Cédulas Hipotecarias, Dívida Interior, etc.), acçons do Banco de España, da Tabacalera, etc. A parte dos recursos que a Caixa corunhesa destina a tais fundos oscila entre o 64 e o 92%, sendo o destinado a empréstimos no seu momento mais alto o 12.34%. Em Santiago, onde o investimento em valores pú-

QUADRO VII EMPRÉSTIMOS SOBRE VALORES PÚBLICOS DA CAIXA DE AFORROS DE SANTIAGO

Ano	Número	Número Importe Ano Número		Número	Importe
1882	20	7.500	1894	58	7.558
1883	17	10.000	1895	53	8.173
1884	9	6.000	1896	67	7.876
1885	12	4.692	1897	63	8.071
1886	20	3.600	1898	76	10.153
1887	46	3.808	1899	71	8.566
1888	44	1.888	1990	71	6.477
1889	30	1.240	1901	78	6.609
1890	5	1.500	1902	72	6.371
1891	1	500	1903	70	6.059
1892	60	5.402	1904	52	5.559
1893	61				• .

Fonte: Elaboraçom própria sobre *Memorias* Caja Ahorros Santiago.

blicos chega a atingir algum ano o 92%, a quantidade destinada a empréstimos oscila entre o 15 e o 32%. Umha parte em todo caso dos recursos das Caixas destinam-se a empréstimos, diferenciando-se as caixas galegas entre si nos objectos admitidos como garantia dos mesmos. Assi, enquanto que na da Corunha os empréstimos se realizavam só sobre alfaias de ouro, prata e pedraria ou objectos de valor nom usados, em Vigo aceitavam-se ademais papeis de crédito, em Lugo livretas de aforro e em Santiago valores públicos. No caso da Caixa de Santiago, que é a que estudamos mais polo miúdo, elaboramos um quadro onde se exprime a percentagem de empréstimos sobre valores públicos a respeito do total dos empréstimos de cada ano. Apartir do ano 1892 o resultado nom deixa lugar a dúvidas sobre o grupo social dos tomadores. A major parte dos empréstimos concedidos pola Caixa compostelana som sobre valores públicos e por umha quantia média mui superior à das imposicons, o que reflecte a realidade de que os possuidores de valores públicos —que som os que podem tomar emprestado— nom som precisamente aquelas classes populares que realizam as imposicons e às quais teoricamente iriam destinados os empréstimos.

6. ALGUMHAS CONCLUSONS

Desta breve resenha sobre alguns aspectos do sistema financeiro na Galiza na segunda metade do século XIX podem-se tirar algumhas conclusons. A primeira delas, a debilidade das instituiçons bancárias em forma de Sociedade Anónima, o que deixava nas maos dos banqueiros particulares grande parte da matéria bancária. A actividade dos bancos nascidos com as leis de 1856 limita-se praticamente ao marco corunhês, um marco em todo caso restrito ao que se cingirá igualmente a S.A. Crédito Gallego criada no ano 1874. Em todo caso, a época da Restauraçom presença um avanço importante das instituiçons financeiras nom particulares coa apariçom das Caixas de Aforros e o estabelecimento das sucursais do Banco de España.

A segunda, e a respeito do papel das sucursais do Banco de España e das Caixas de Aforros, é a de que estas instituiçons cumprírom umha funçom de drenage de recursos gerados em Galiza cara à adquisiçom de valores públicos e financiárom em umha medida mínima as actividades económicas na Galiza. Cumprírom porém as primeiras um importante papel nos inícios da generalizaçom do uso do bilhete bancário e das transferências bancárias.

Finalmente, com a maior complexidade que adquire o sistema a partir de 1874, produze-se também umha relativa especializaçom entre os seus elementos. O Crédito Gallego, como banco de depósito local dedica recursos locais a financiar o comércio local. As Caixas de Aforros captam o pequeno aforro e canalizam recursos cara a valores públicos. O Banco de España através das suas sucursais começa a operar como Banco Central. Os comerciantes banqueiros actuam como intermediários com a economia internacional ao

tempo que cobrem residualmente as demais funçons bancárias que as instituiçons mais formalizadas nom cumprem. Em muitos casos, estes banqueiros formam parte dos Conselhos de Administraçom de aqueles e som beneficiários dos recursos que captam as instituiçons mais formalizadas.

APÊNDICE I BALANCO A FIM DO ANO 1866

	B. Coruña	B. de Santiago	SCF de Vigo
Activo			
Caixa	439	62	1
Carteira	954	335	
Empréstimos	577		
Correspondentes	237	470	131
Vários devedores		65	262
Activo Real	107	22	1
Total Activo	2.314	954	396
<u>Passivo</u>			
Capital desembolsado	1.000	750	57
Bilhetes em circulaçom	927	28	
Obligaçons em circulaçom			250
Fondo de Reserva	100		_
Contas Correntes	231	16	
Correspondentes cred	11	101	78
Vários		47	5
Dividendos		10	
Perdas e Ganáncias	45	2	6
Total Passivo	2.314	954	396

APÊNDICE II ACCIONISTAS COM MAIS DE 100 ACÇONS DOMICILIADAS NAS SUCURSAIS GALEGAS DO BANCO DE ESPAÑA NO ANO 1904

Pedro Barrié y Pastor	324	Corunha
Hospital de Nuestra Señora de la Piedad	312	Santiago
Caja de Ahorros y M. de P. de La Coruña	300	Corunha
Hospital de la ciudad de Santiago	294	Santiago
Pedro Pais Lapido	286	Santiago
Fernando González y González	262	Corunha
Julio González y González	260	Corunha
Pérez Arias	228	Lugo
Manuel Bárcena y Franco	205	Vigo
Isabel Buhigas Prat	150	Corunha
Manuel Rodríguez Rodríguez	150	Vigo
Isidro Pondal Abrente	135	Santiago
Pilar Marchesi Buhigas	125	Corunha
Olimpio Pérez Rodríguez	110	Santiago
Juan Mesa González	100	Corunha
Juan Romero Rodríguez	100	Corunha
Arzobispo de Santiago	100	Santiago
Mosteiro Teixeira	100	Vigo

Fonte: Memorias do Banco de España.

A fábrica de tabacos da Palhoça representa nom só um elemento central da fisonomia industrial e urbana da Corunha, senom —e sobre todo— umha página na vida de muitas das que fôrom moradoras da cidade e da sua redonda. Muitas mulheres que trabálharom a destalho, remuneradas baixo mínimos, que se revolvêrom mesmo violentamente muitas vezes em defesa das suas condiçons de trabalho, e que escrevêrom assi um capítulo central da história do movimento operário na Galiza, um movimento que nom se deve esquecer é básicamente femenino até princípios do século XX. Só apartir de aí, co grande pulo das indústrias de base marítima que se produz por esses anos, começa a ter algumha significacom na Galiza o número dos varóns assalariados.

De um ponto de vista literário, é sem dúvida La Tribuna de Emília Pardo Bazán a descriçom mais viva do mundo das cigarreiras corunhesas, e desde logo a primeira leitura obrigada para quem queira achegar-se a el. Do ponto de vista da história como disciplina existem igualmente trabalhos sobre alguns aspectos ou épocas da Fábrica dum interesse mui notável como é o caso do que Luís Álonso Alvarez tem dedicado à fábrica durante os anos que vam do 1804 ao 1857 (Revista de Historia Económica, 3, 1984).

O texto que aqui apresentamos é um breve informe sobre a instituiçom corunhesa que escreveu o cónsul francês na vila herculina no ano 1839 e que se encontra manuscrito em Paris, no Arquivo do Ministério de Assuntos Externos (Correspondance Consulaire et Commerciale, La Corogne, vol. 22, pp. 277-282). Além do interesse que sempre tem pôr um documento desconhecido ao dispor dos leitores da revista, o informe do cónsul tem o mérito de se arriscar a situar a sua génese no marco da situaçom económica da Coroa espanhola e de avaliar o éxito ou fracasso da mesma a respeito dos objectivos perseguidos.

Noticia sobre a Fábrica Real de Cigarros da Palhoça

Alexandre de CLERCO

Durante muitos anos nom se consumírom na Espanha outros cigarros que os da Havana. Mas os acontecimentos políticos, que causárom graves mínguas das receitas públicas, obrigárom ao Governo espanhol a elevar os seus direitos de alfándegas para reparar tais perdas e aumentar os seus recursos financeiros. Os géneros coloniais, entre os quais se situavam para Espanha os tabacos e cigarros, fôrom os primeiros afectados; mas como os princípios de umha sábia economia política deveriam ter deixado já antes entrever, os resultados fôrom bem diferentes dos perseguidos. Os direitos de entrada dos cigarros, estabelecidos em 40 reais por livra ou seja 60 francos por cada 1.000 cigarros —mais do duplo que no ponto de origem—, pugérom este produto ao alcance exclusivamente dos ricos, ficando reduzidas as classes pobres a consumir os maus tabacos produzidos na península; conseqüência imediata foi a diminuiçom das entradas legais de tabacos da Havana e o alimento do contrabando.

Mas em vez de levar as cousas à sua situaçom anterior, o Governo espanhol, sem atender as queixas pola possibilidade de entrar numha funesta concorrência com um dos ramos mais interessantes da agricultura e comércio das suas possessons de ultramar, preferiu dedicar-se el mesmo à frabricaçom de cigarros.

Como acontece com todas as empresas novas os começos nom fôrom felizes e os produtos tardárom, pola sua imperfeiçom, e mália o seu baixo preço, em introduzir-se no mercado. Paseninhamente foi melhorando a elaboraçom e os novos cigarros fôrom sendo mais do gosto das classes fumadoras e Espanha rematou por naturalizar umha indústria que hoje produz anualmente vários milhons ao Tesouro.

A primeira cidade espanhola que se dotou dumha fábrica de cigarros foi a de Sevilha; nom dispomos de informaçom sobre a sua organizaçom interna nem da dos estabelecimentos análogos criados posteriormente em Barcelona, Madrid, Santander e Gijom (1). Mas como a fábrica da Corunha é umha das que merece mais atençom, tanto se atendemos à vantagem da sua posiçom, à perfeiçom dos seus produtos, ou à amplitude dos seus mercados (que cobrem toda Galiza, umha parte de Astúrias, Leom e as Castelas), a sua descriçom pode valer para apreciarmos a importáncia adquirida por este ramo da indústria espanhola.

A Fábrica Real da Palhoça está situada no extremo do bairro de Santa Luzia, na parte Sudoeste do porto da Corunha, e mui perto do mar. Os edificios que ocupa som amplos e bem construídos, e fôrom anteriormente da administraçom dos Correios Marítimos de Ultramar. Os dous corpos do edificio tenhem cada um dous andares. No rez-do-chao dum deles estám situadas a administraçom e o pessoal que dela depende; no do outro, os armazéns de matérias primas. Os ateliers de travail, divididos em quatro salas, estám no primeiro andar, ficando reservado o segundo para o secado dos produtos fabricados e para os armazenar até o momento da sua saída do estabelecimento.

O pessoal administrativo da fábrica compom-se de um director geral, um supervisor, um pagador, um director em chefe dos trabalhos e seis subalternos. Deixando aparte a dezena de homes que se ocupa dos trabalhos de mais fadiga, a mao de obra da Palhoça compom-se de mulheres e moças de entre 10 e 20 anos até totalizar 2.300 pessoas. O emprego destas operárias tem a vantagem de fornecer umha maior perfeiçom aos produtos e permitir umha mais forte reduçom dos salários, que por termo médio, nom ultrapassam os 4 reais, ou seja 1 franco por dia (2).

Como dizíamos mais acima, os labores realizam-se em quatro salas de diferente tamanho; na menor delas trabalham 150 operárias e na maior 650. As mulheres trabalham em esquadras de 20 a 25, sentadas ao redor de anchas mesas de madeira semelhantes às que se vem nas nossas escolas ou asilos. A direcçom dos trabalhos exerce-se por 23 mulheres denominadas «maestras», cada umha das quais vigia o trabalho de cem operárias.

Na Palhoça fabricam-se duas espécies de cigarros: «virginias» e «mistos». Os primeiros consistem num simples rolo de tabaco dos Estados Unidos (Virginia, Maryland ou Kentucky), enquanto que nos «mistos» o coraçom do cigarro se acha recoberto dumha delgada folha de tabaco da Havana.

⁽¹⁾ Em Madrid elabora-se um produto nom trabalhado na Corunha, os cigarros tipo Havana, que como o seu nome indica, componhem-se exclusivamente de folhas da ilha de Cuba. Vendem-se ao por maior a 60 rs. cada 200 e ao por menor a 12 maravedies cada peça. A fábrica de Gijom foi fundada recentemente usando como modelo a da Corunha, que lhe cedeu alguns bons chefes de talher. A fábrica de Gijom só produz actualmente umhas 10.000 livras de cigarros tipo virgínia e mistos e acaba de provar com pleno éxito co emprego de tabaco de Manila: os produtos deste último som mais finos e mais baratos.

⁽²⁾ O trabalho remunera-se a destalho, de jeito que as operárias mais hábeis ou mais trabalhadoras podem ganhar mais, chegando às vezes até os 10 reás; mas para a maior parte delas o salário apenas chega aos 3 reás.

Os procedimentos de fabricaçom som manuais, nom requerindo por tanto nengumha aclaraçom. No que atinge ao trabalho, este realiza-se do jeito seguinte:

Cada operária «cigarrera» recebe cada quinze dias em folhas brutas de tabaco a quantidade que acha vai poder elaborar durante esse tempo. Feito tal trabalho, divide à sua obra por pacotes de 51 cigarros, atados cada um deles por umha cinta de folha de palmeira. Entrega estes pacotes à sua «maestra», que tras o conseguinte pesado os envia a um encargado que os fai passar primeiro ao secadeiro e logo ao armazém geral onde se lhes pom umha coberta de papel. A base adoptada para a verificaçom do trabalho é a de que cada livra de tabaco em folhas deve dar dous pacotes e meio de 51 cigarros cada um, e 4 desses pacotes devem corresponder exactamente a umha livra de cigarros.

A feitura dos «virginias» paga-se a razom de 18 maravedies cada pacote e a dos «mistos» a razom dum real, diferença que se explica porque estes últimos absorvem mais tempo e coidado por estarem compostos de dous tipos de folha diferente.

Ainda que é difícil estimar a produçom da Palhoça, comunmente avalia-se em 300 ou 400.000 livras de cigarros por ano, que é o que resulta se tomamos como base para o cálculo as cifras de tabaco introduzidas polo porto corunhês nos últimos anos, que fôrom as seguintes:

	18	35	1836		1837		1838	
Origem	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
EE.UU. G. Bretanha Cuba	2.726 9.920 7.800	269 744 585	7.293 3.597 5.066	547 269 380	- 4.192 3.826	 314 290	13.300 —	 997
Total	24.446	1.598	15.956	1.196	8.018	604	13.300	997

(As quantidades venhem expresadas em quintais e os valores em francos franceses).

O aprovisionamento das matérias primas nom se fai nem pola própria fábrica nem directamente do país de origem senom através de subasta pública, de jeito que os adxudicatários se encargam de trazer o tabaco, que devem entregar na fábrica nas épocas que se estabelecem.

Como se pode ver no Quadro as matérias primas procedêrom nos anos 1835 e 1836 de Estados Unidos, Gram Bretanha e Ilha de Cuba. Mas durante os dous últimos anos, as vantagens de preço e proximidade figérom que se desse preferência exclusiva aos portos de Londres e Gibraltar.

A venda dos cigarros fabricados na Palhoça fai-se directamente para o consumo da regiom, ao semi-pormaior nos estabelecimentos denominados «tercenas» e ao por menor nos denominados «estancos». Os titulares dos primei-

ros recebem umha quantidade fixa que varia segundo a importáncia da localidade; os dos segundos obtenhem um 10% sobre o importe das suas vendas. Uns e outros devem previamente depositar umha fianza. Nas tercenas vendese a livra dos virginias a 24 rs. e dos mistos a 36; nos estancos, a 4 e 6 maravedies cada peca respectivamente.

Às receitas que resultam da venda destes produtos deve-se engadir as que se obtenhem da exportaçom dos refugalhos do tabaco que se denominam «venas» e que se enviam a Hamburgo onde se usam quer para tingidos, quer para mesclar com o rapé. Nos últimos anos exportárom-se as seguintes quantidades em quintais destas «venas» avaliadas em 7,5 francos cada quintal: 3.986 no 1835, 2.734 no 1836, 1.500 no 1837 e 2.334 no 1838.

Incluindo as vendas do produto anterior, pode estimar-se o lucro neto da Palhoça em mais dum cem por cem sobre o preço de venda dos cigarros; um resultado semelhante explica, sem nengum outro comentário, o prodigioso desenvolvimento que deu a Espanha às suas fabricaçons de cigarros indígenas.

Os motivos que na península levárom à criaçom dumha indústria destinada a concorrer coa da ilha de Cuba existem também na França, ainda que com umha menor urgência. Os direitos que a nossa pauta impom à entrada de cigarros estrangeiros som igualmente elevados, e se o contrabando ainda nom se desenvolveu muito é pola natureza mesma do produto e pola vigiláncia exercida polos empregados das alfándegas. Porém, quer por responder às necessidades das clases mais baixas da nosa populaçom ou quer por combater o contrabando, vem-se pensando na posibilidade de naturalizar na França a fabricaçom dos cigarros mais ordinários e baratos que os da ilha de Cuba. Quiçá tenha chegado o momento de seguir o exemplo da Espanha proporcionando ao consumo produtos que, a igualdade de preços, ou a preços inferiores, respondam aos gostos e predilecçons dum grande número de fumadores.

A posiçom da nossa administraçom geral de tabacos seria mesmo mais favorável que na Espanha, pois dispom de empregados mais ilustrados, de capitais e de recursos mais consideráveis. Por outra parte, as relaçons que possui na Havana e nos Estados Unidos e as possibilidades que oferecem os nossos portos permitiriam-lhe obter as matérias primas de qualidade superior a melhor preço. Em fim, o estabelecimento na França dumha fabricaçom aperfeiçoada de cigarros tipo virgínia, mistos ou mesmo havanas, cos mercados extensos e constantes que se podem segurar a estes produtos, permitiria criar recursos preciosos de trabalho e benestar para as classes necessitadas de algumhas das nossas cidades.

A tal objecto limitam-se as nossas observaçons que nom som outra cousa que um intento de chamar a atençom de pessoas mais competentes sobre a possibilidade de aumentar um ramo interessante da riqueza pública.

Na Corunha, a 30 de Janeiro do 1839.

(Trad. e apresentaçom: J. Carmona)

Publicaçons da Associaçom Galega da Língua

Coleccom «Universália»

Lôpez-Suevos Fernández, Ramom: Dialéctica do Desenvolvimento. Naçom, Língua, Classes Sociais, 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego, 1983. 169 págs. (Esgotado).

2.ª Ed. corregida e acrescentada, 1989, 271 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: Letras Galegas, 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: Prontuário ortográfico galego, 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

Lôpez-Suevos, Ramom: Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estructural, 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: Contribuiçom ao estudo do romance iniciático galego, 1987, 95 págs.

Haller, Michel, *Tratado de contraponto e de composiçom contrapontística*. Traduçom e adaptaçom de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados.* 1988. 128 págs.

Coleccom «Clássicos»

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón*, Ediçom, Estudo e adaptaçom ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalia de Castro: *Folhas Novas*, Ediçom e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

Colecçom «Criaçom»

Manuel Maria: A luz Ressuscitada, carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985), 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: A vida escura, 1987, 170 págs.

• Revista AGÁLIA. Publicaçom trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista AGÁLIA. Monográfico n.º 1, Problemática do sector lácteo, dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, Estudos sobre a História da Economia de Galiza, dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

· Em breve

Béjar, Julio et alii: Fogo cruzado (relatos).

Actas do II Congresso internacional da língua galego-portuguesa na Galiza. Joao Guisám, A origem incerta do farol de Alexandria (re-edicom).

